



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 34

Sessão Ordinária de Abril

2.ª Reunião de 03-05-2007

Aos três dias do mês de Maio de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira das Neves, e com a presença dos seguintes Vogais Sérgio Filipe Pires Loureiro, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Joaquim Manuel Silva Marques, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Henrique Rocha Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, António Bastos Marques Rodrigues, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Jorge Manuel do Nascimento, Joaquim dos Santos Abreu, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José Fernandes Pereira, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:
Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, João António Fernandes Pedroso, Carlos Eduardo Maria Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno e Marília Fernanda Correia Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro e António Bastos Marques Rodrigues, respectivamente.

O sucedâneo na lista de candidatura, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, apresentou escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e José António Tavares Vieira e Carlos Mário de Magalhães Anileiro, se fizeram substituir nesta reunião, por Firmino Marques Ferreira, Júlio Vasconcelos Oliveira e José Fernandes Pereira, respectivamente.
Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

O Presidente da Mesa em exercício deu nota da correspondência entretanto recebida, informando os senhores deputados que a mesma se encontra disponível no gabinete de apoio para consulta. Mais informou os senhores deputados que a Presidente da Mesa não estava presente, mas que iniciava os trabalhos uma vez que a Presidente da Mesa informou que não demoraria.

Vogal Raúl Martins (PS)⁰³

De seguida o Presidente da Mesa colocou à consideração do plenário a possibilidade de abrir o período de intervenção do público, uma vez que nesta reunião está um munícipe inscrito. Não se verificou nenhuma oposição.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreeveu-se o munícipe *Alexandre Rodrigues dos Santos*, para dar conhecimento público da situação de licenciamento de um restaurante na Rua Cândido dos Reis.⁰⁴

Para os esclarecimentos atinentes à intervenção do munícipe, usaram da palavra:

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente:⁰⁵

“Gostei de ouvir o Senhor Alexandre Santos. Já estive em várias reuniões de Câmara e também já estive em várias reuniões da Assembleia Municipal e é uma visita constante da Câmara Municipal de Aveiro e do nosso Departamento de Obras. O senhor Alexandre Santos tem duas casas de restauração. Tem uma casa de restauração na rua João de Moura e tem uma casa de restauração na rua Cândido dos Reis. A casa da rua João de Moura é um processo que está suspenso desde 2001, um processo suspenso desde 2001, que ele agora quer licenciar. Que agora quer licenciar. Mas sabe que é um processo que está suspenso desde 2001, pelas razões que sabe e que conhece.

Aliás, sobre este problema da rua João de Moura, nós temos que ver lá outras situações. Os alugueres que existem lá de quartos e as situações confusas que lá existem e de tudo o que lá existe, e já que de facto vamos falar nas questões, vamos falar nelas todas. Falaremos em todas as questões.

Em relação à casa Póvoa o senhor Alexandre arrendou a casa — tem a casa arrendada. Continuo a dizer que junto a esta casa existe um sistema de alugueres de quartos (dez quartos), que eu creio que é um sistema muito complicado de aluguer de quartos e de frequência até um pouco complicada. Em relação à rua Cândido dos Reis o senhor Alexandre tem também outro restaurante em que é arrendatário desse restaurante, fez outro subarrendamento, e depois outro subarrendamento!? O requerente demorou dois meses para responder à notificação da Câmara, que deu conhecimento do despacho favorável do Centro de Saúde. Apresentou em 03/04/2007 um projecto de alterações que neste momento aguarda pareceres do Centro de Saúde e do Serviço Nacional de Bombeiros. Recebeu as rendas até Dezembro e de seguida fez obras à noite, sem licença. Foi notificado pela Polícia Municipal e não respeitou as ordens de embargo.

É subarrendatário (insisto) e já fez outro subarrendamento. E pronto, não respeita. E então entende que o nosso licenciamento do Solar da Estação, na rua Cândido dos Reis, foi um licenciamento rápido. É um licenciamento rápido quando os licenciamentos podem ser rápidos. O seu, na rua Cândido dos Reis, também desejamos licenciá-lo desde que a Delegação de Saúde dê o devido parecer favorável.

O senhor pode vir às reuniões públicas que quiser, pode vir às Assembleias Municipais que quiser. Nós não favorecemos uma pessoa e não prejudicamos as outras. O comportamento que temos é igual para todos. Se o senhor tivesse pressa no licenciamento, o senhor tinha conseguido o licenciamento. O senhor sabe porque é que não teve pressa.”

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS):[06](#)

“Isto é uma zona da Vera Cruz e gostava de questionar aqui o senhor Vereador porque ouvi aqui coisas... Aquilo que gostava de questionar é por aquilo que eu ouvi. Por exemplo, eu hoje ouvi, disseram-me que foi lá à casa Póvoa falar com este senhor um funcionário da Câmara, e que também ao conversar com ele ouve ameaças veladas. Não posso provar isto, mas agora por aquilo que eu ouvi do senhor Vereador, acho que se disseram aqui coisas que são graves. Porque quando se diz que há lá situações que não são, não digo “legais”, mas que são incorrectas, que são contestadas pela lei e que não fez aquilo que devia, eu acho que a Câmara tem poderes para fazer que a legalidade venha ao de cima. Portanto não gostei de ouvir que há coisas ali que são incorrectas. Para não dizer outras coisas. E que a Câmara, se é assim, dentro do poder que tem devia ter actuado. Se não actuou, quer dizer, também já está dentro de uma situação que...Muito obrigado.”

Vogal Carlos Candal (PS):[07](#)

“É muito breve. Muito obrigado. Já foi recebido e distribuído e posto na “net” que é uma coisa que eu gosto de sublinhar, porque é relevante, o relatório da auditoria às Contas da Câmara. Pergunto à Mesa se tenciona convocar uma assembleia extraordinária, para a Assembleia ler esse relatório e para a Câmara, agora com números certos ou pelo menos muito mais seguros do que havia, para a Câmara dizer, como vai orientar a gestão da coisa municipal em termos económico ou financeiros.

Não vou fazer considerações sobre o relatório, exactamente porque penso que deve haver uma sessão própria para isso. Não cabe na ordem dos trabalhos. Se esgotarmos esta ordem de trabalhos e convocarmos e esperarmos para a próxima reunião periódica fica muito tarde. Penso que se justificava uma assembleia extraordinária. Deixo isso à ponderação da Mesa naturalmente e dos grupos parlamentares, quando entenderem e se entenderem, pronunciar-se sobre isso e também da Câmara é evidente. E repito-me: a Câmara tem agora que dizer com que linhas se cose, já que tem o desenho e o ponto para o desenvolvimento do seu trabalho com mais firmeza futuramente. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa em exercício:[08](#)

“Penso que terá a palavra a Câmara Municipal. Seria possível falarmos sobre este assunto. A Mesa está disponível para qualquer situação. É um assunto importante, poderemos apreciá-lo já se o plenário entender. De maneira que se alguém quiser desde já pronunciar-se sobre a proposta do Dr. Candal, pode fazê-lo.”

Vogal Rocha de Almeida (PSD):[09](#)

“Apenas para dar o nosso contributo à proposta do Dr. Carlos Candal. Nós entendemos que podemos agilizar esta discussão porque é importante ou não teria razão de ser solicitar-se e ter-se um relatório e não haver uma apreciação sobre o conteúdo do mesmo.

Mas eu julgo que no ponto 2 desta ordem de trabalhos, que suporta perfeitamente a discussão e a intervenção sobre este relatório. Portanto da parte do PSD, entendemos que os senhores deputados, que assim o entenderem pronunciar-se sobre este relatório, até porque nós estamos à espera também do contraditório ao relatório que nos irá chegar por parte da Inspeção-geral

de Finanças, e nessa altura estaremos ainda mais perfeitamente enquadrados sobre o que é dito num e noutro. Acho que dá perfeitamente para qualquer senhor deputado pronunciar-se no ponto 2 da ordem de trabalhos sobre este assunto.”

Presidente da Mesa em exercício:[10](#)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)[11](#)

“Já aqui alguém se pronunciou, concretamente o Dr. Candal, sobre a inconveniência de as sessões se prolongarem muito para além da meia-noite. O senhor Dr. Candal colocou este problema com toda a pertinência, não é. Mas, agora, se o Senhor Presidente vai abrir o tema agora sobre se deve ser discutido agora, a toda a gente, então agrava a situação da sessão se prolongar para além da meia-noite. Portanto, eu propunha à Mesa ou sugeria, que se pronunciassem sobre isso apenas um elemento por bancada. Acho que é mais que suficiente para tomar partido sobre isto. E sobre isso eu dizia o seguinte: Não acho que haja a necessidade absoluta de agendar uma sessão, uma reunião, para este efeito, como bem disse aqui o deputado Rocha Almeida. Este assunto pode ser tratado, afluído e tratado, no segundo ponto da ordem de trabalhos. Se eventualmente vier a ser necessário nós também não temos nada a opor, porque achamos que é um assunto que merece toda a importância, se vier a ser necessária. Agora isto fatalmente é um ponto agudo e eu não sei como é que esta Assembleia se vai esquivar hoje, que alguém perca a tentação de não falar deste tema, que é uma coisa que tem vindo a preocupar os aveirenses. E quando agora se falar da situação da Câmara naturalmente isto vai ser afluído e, portanto, se na altura a Mesa achar, se a Assembleia achar, que o assunto está suficientemente debatido, chegou. Se entender que não chegou, então abre-se um debate no futuro. É esta a minha sugestão.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Sésando Alves dos Reis)

Vogal António Rodrigues (PS)[12](#)

“Senhor Presidente, muito obrigado. Vou ser muito sintético sobre este aspecto porque quero crer que, atendendo à pertinência, dado que já levamos quase que dois anos a falar sobre esta matéria, subsumir a sua discussão no segundo ponto da ordem de trabalhos, quero crer que de facto e podemos aí resumir sincreticamente “a montanha pariu um rato.” Mas eu queria falar antes de tudo e acima de tudo, porque falou um município. Município que alertou para determinado tipo de questões. E a mim o que me espanta em absoluto é que a Câmara não tem líder, porque o líder não fala! Quem deve responder perante a Câmara e fora dela, é o Senhor Presidente. Manda sempre alguém. E alguém que o faz aqui assim (para corroborar o meu colega de bancada João Barbosa) faz aqui assim sub-repticiamente o levantamento de um crime grave. E nós estamos numa Assembleia com responsabilidades. E pelos vistos a Câmara não actua. Parece que subjaz uma acção de lenocínio próximo da Câmara, junto à estação — e o que é que a Câmara faz sobre essa matéria? Não! Usa o discurso de pressão sobre o município. Cuidado, não tem, porque tem isto ao lado. Era para isto que eu gostava de saber o que é que o Senhor Presidente da Câmara tem a dizer. Muito Obrigado.”

Presidente da Mesa:[13](#)

“O Senhor Secretário fez o favor de entretanto me substituir. Vamos prosseguir os nossos trabalhos entrando no ponto um. Nós estamos a discutir a propósito da Auditoria que foi publicitada pela Câmara nesta semana. Eu queria dizer, até para haver economia de tempo, que a Mesa da Assembleia irá marcar uma reunião extraordinária para discutir os números que agora foram apurados pela Auditoria independente, que não a Auditoria oficial que ainda estamos por conhecer. Vamos então dar seguimento aos nossos trabalhos. ”

Vogal António Regala (PCP)¹⁴

Vogal Jorge Afonso (BE)¹⁵

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação dos assuntos abordados na Comunicação Escrita, seguindo-se a apreciação pelo plenário.¹⁷

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS)¹⁹

Vogal Carlos Candal (PS)²⁰

Vogal Joaquim Marques (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:²¹

“Boa noite Senhora Presidente, boa noite excelentíssimos elementos do executivo, boa noite caros colegas deputados. Eu não queria falar sobre aquilo que é a Comunicação do Senhor Presidente, mas falar sobre um tema que não está na Comunicação do Senhor Presidente. Eu depois de ler e reler, a não ser que me tenha falhado alguma linha (porque a dificuldade visual já é alguma), não encontrei qualquer tipo de referência a acções mais concretas ou menos concretas, da parte da Câmara perante a IGF, no sentido de saber do porquê um ano após o relatório preliminar da auditoria, não termos o relatório final!? Não se compreende. Não é admissível — mesmo quando se trata de um organismo público. Eu gostaria de saber se a Câmara tomou ou não alguma medida em relação a este tema. E era só. Muito obrigado.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:²²

“Muito obrigado, Senhora Presidente. Muito boa noite. A Comunicação do Senhor Presidente da Câmara começa por dizer que vai enunciar as actividades consideradas relevantes!? Esta Comunicação tal como está, se estas são as actividades relevantes, tão exaustivo e extensivo estão delineadas no relatório, que eu temo que a vereação tenha que ter cada um per si, mais de vinte e quatro horas por dia de trabalho. Porque se estas são as relevantes muito outro trabalho há além deste, que não é visível.

É que de facto, aqui, quer dizer, está tudo, há questões aqui que podem ser perfeitamente escarpelizadas numa linha. Como por exemplo: questões das plantas dos viveiros que estão aqui escarpelizadas como se fosse uma coisa de extraordinária – é importante, mas nem é relevante como é óbvio. Como há outras questões que não o serão. Há questões que estão aqui que tem a ver, nomeadamente com o sal, que é uma questão relevante não pela importância económica que tem hoje a exploração do sal, ou a falta de exploração do sal, que é isso que acontece no nosso concelho, não por si, mas pelo interesse cultural que tem a amanhã do sal, a amanhã da marinha que tem o fabrico do sal e pelo transmitir da ideia de Aveiro e da importância que há desta ligação que se está a fazer. E aí sim, reputamos de importante o que se está a fazer em termos nacionais e internacionais, aos diversos sítios produtores de sal.

Mas isto implica também outra questão: é que temos que olhar para dentro de nós próprios e ver que se de facto queremos manter e divulgar a nossa cultura de sal temos que olhar pela nossa Ria. É uma questão que eu já levantei na reunião anterior desta sessão, aliás na sessão

anterior desta reunião, cuja resposta ficou para hoje, que tem a ver com a defesa da própria Ria e cujo cultivo do sal ou amanho do sal, não se compadece com o estado degradante que acontece na nossa zona lagunar. Inclusivamente com a esmagadora maioria de todas as marinhas no fundo, sem nenhuma política de defesa da própria Ria e de manutenção dos muros que ainda existem na própria Ria e até de levantamento de alguns muros que são importantes para a canalização dos caudais da água nas vazantes e nas enchentes.

Depois, notamos neste relatório, um trabalho bastante aturado no sector da Cultura. É de enaltecer. Independentemente de discutirmos ou não a programação que de facto é feita e aquilo que é dado mais ou menos relevo relativamente à Cultura. Estamos em desacordo em muitas coisas como é óbvio, como poderemos estar de acordo em outras questões. Mas no entanto há algum trabalho cultural. A que falta com certeza um outro, e dar uma maior dimensão a algum trabalho cultural que não acontece na nossa cidade. Porque muito do que aqui é explanado é do tipo de trabalho ou de pouca divulgação ou do tipo de trabalho miúdo. Isto é, miúdo que apanha uma abrangência muito reduzida de pessoas e que interessa um trabalho cultural programado e com uma abrangência bastante maior e mais larga, que é o que nós notamos não acontecer.

Propunha, já agora se me permitem, que pensassem na hipótese de neste verão, já que Aveiro em termos turísticos está a subir felizmente de uma maneira bastante importante, tem subido nos últimos anos e pensa-se que continua. Aliás, nesta Páscoa foi um sinal disso. Mas que se pense seriamente — e propunha à Câmara que pudesse pensar (se aceitar a minha ideia), na realização de alguns espectáculos de rua no próprio Verão. Uma orquestra a tocar numa determinada praça, um grupo de palhaços noutra praça, coisas deste género que são coisas de certa maneira acessíveis e que de certa maneira criam movimento e cor à própria cidade e que são capazes de provocar ainda um maior afluxo de pessoas.

Relativamente às finanças da Câmara. Há uma dúvida aqui que me sobressai. E já agora, depois se fosse possível, gostava de ser esclarecido, que tem a ver com o montante. Portanto, o montante candidatado e homologado bem como as verbas do FEDER também, é ligeiramente inferior àquela que estava na Comunicação de Fevereiro!? Isto é capaz de ter alguma explicação lógica eu é que não a descobri. O montante de investimento homologado é inferior ao anterior e o do FEDER também! É capaz de ter alguma explicação lógica e eu neste momento não sei e gostava efectivamente de saber qual a explicação para esta situação. A diferença é muito reduzida, é curta, no entanto é uma diferença para menos. O normal seria uma diferença para mais.

Depois, relativamente às despesas e às receitas há aqui uma questão que sobressai, que é o seguinte: a execução orçamental, até 31 de Março, foi de setenta e três milhões, seiscentos e catorze mil e tal; as receitas globais até à mesma data foram de nove milhões, setecentos e oitenta e três mil. É uma situação que analisando e fazendo as contas em termos do que foi isto (foi um trimestre) e aquilo que projectando em termos do ano nos vem a dar, há uma situação que eu temo que possa acontecer e que reputo de certa maneira grave.

Que é: nós sendo optimistas, multiplicando isto por quatro, estamos sujeitos a acontecer uma situação no final deste ano que de certa maneira é preocupante — é uma receita bastante inferior às receitas dos últimos anos. Projectando estes números para o final do ano, idêntica às despesas dos últimos anos pode provocar uma situação grave. Eu gostava de um comentário relativamente a isto.

Por fim, uma situação que não tem propriamente a ver com a Comunicação do Presidente, mas que tem a ver com uma questão que acontece no nosso concelho. Uma questão particular e que independentemente do requerimento que nós possamos apresentar sobre esta matéria (que o vamos fazer) gostava de colocar já a questão. Que é uma questão que tem a ver com uma construção que existe no Bairro de Santiago entre as bombas da Shell e o Mercado de Santiago, na zona limite da Freguesia da Glória. São prédios que tem inclusivamente dois

números na Conservatória! Um número de Aradas e outro número da Glória e que se prende com uma construção que lá está a ser feita, num loteamento, que é o lote n.º1, que é um terreno denominado lote n.º1, do sector K, do Plano Integrado de Aveiro Santiago (PIAS), na Freguesia da Glória.

Este lote tinha 2.100 metros. Foi efectuada uma vistoria por técnicos da Câmara no final do ano passado ou a meio do ano passado e foi verificado que esta construção tinha ocupado um espaço municipal. A área exacta de ocupação deste espaço municipal foi de 237 metros quadrados. Entretanto, sabe-se que foi efectuada uma escritura de anexação, por arredondamento de extremas, ficando referido o lote n.º1, que tinha 2100 metros quadrados, com mais 237 metros quadrados!

A questão que eu coloco é se a empresa que está a construir este prédio, a dona da obra, solicitou ao executivo autorização para ocupação do referido espaço? Se sim, qual foi a deliberação que o permitiu? Se não, qual a penalização aplicada à usurpação abusiva — porque é disso que se trata, do terreno municipal.

Pela rectificação de extremas e consequente aumento da área do referido lote n.º 1, qual o montante recebido pela autarquia. E por último, para uma análise mais profunda, qual o nome da empresa proprietária do terreno e a que grupo pertence, o nome de todas as empresas deste mesmo grupo, e qual o relacionamento de cada uma delas com o município? Quer em obras licenciadas, quer em obras adjudicadas. Muito obrigado.”

Vogal Florentino Marques (PSD)²³

Vogal Fernando Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:²⁴

“Em primeiro lugar queria ser esclarecido, qual é o método que a Mesa utiliza para a elaboração das ordens de trabalhos, porque a proposta de apresentação e a recomendação do orçamento participativo, apresentada por esta bancada Bloco de Esquerda, vem já desde Dezembro de 2006 a ser adiada, e constantemente ultrapassada por outros assuntos novos que aparecem. Portanto queria ser esclarecido por isso porque não me cheira a democracia, cheira mais a atitudes da Senhora Presidente. Portanto faz favor de me explicar para eu ficar a saber. Então passando concretamente à Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, ofereceu-me dizer o seguinte: – ainda há dias disse num debate numa rádio a que os partidos da maioria tiveram a atitude de não aparecerem, já começa a ser costumeiro, que a Câmara tem alguns comportamentos típicos que costumo apelidar de Junta de Freguesia da cidade. Ou seja se calhar os senhores Presidentes das Freguesias urbanas deviam passar a vereadores, porque pelos vistos não são precisos para quase nada, passo a expressão, com o devido respeito. Chegar ao ponto de a Câmara se preocupar com as comemorações do dia de São Valentim, isto é de facto ridículo. E isto não é estar a censurar a Câmara, é estar a apresentar críticas e isto (e agora dirijo-me à bancada da maioria) é colaborar criticamente com a acção da Câmara. Porque fazer a colaboração com a Câmara é também criticar, não é só vir aqui dizer amén, como os senhores fazem. Nós apresentamos propostas e criticamos, isso é colaboração política. Só que os senhores politicamente são pouco hábeis e ainda demoram algum tempo a compreender isso (ouvem-se vozes).

Sobre a questão do programa Polis queria que me fosse facultado o projecto, nunca o foi. E mais uma vez lembrar, a questão de que se o projecto prevê um Museu de Sal. Parece-me que é um local apropriado.

Sobre a Agenda Cultural (tenho azar, porque o senhor vereador ou não está presente ou faz sempre ouvidos moucos àquilo que eu digo). A Agenda Cultural tem muito pouca divulgação e eu propunha à Câmara Municipal que tivesse o cuidado tanto quanto possível, que isso fosse distribuído pelos sítios que são frequentados pelas pessoas, nomeadamente cafés e restaurantes e associações culturais e até desportivas, porque quase não se vê.

Sobre outra questão, a propósito das comemorações dos 50 anos do Tratado de Roma. É que fazem-se essas cerimónias, ao que sei algumas delas os convites são endereçados aos deputados municipais, eu nunca recebo qualquer tipo de convite!? Queria saber também qual é a situação da Carta Educativa, se a Câmara já tem alguma perspectiva de execução do que foi determinado pela Carta Educativa.

Queria também lembrar, aquilo que todos sabem, a baixa execução orçamental. É normal, já se previa, não é nada de admirar que com um orçamento daqueles a taxa de execução e pelas limitações financeiras que a Câmara tem, não podia aproximar-se nem de longe nem de perto do que estava orçamentado.

Sobre o SMAS queria que me fosse explicado porque é que um município tem de pagar 20 euros pela aferição de um contador. Ou seja, um contador por qualquer motivo ou os técnicos dos Serviços Municipalizados detectam que o contador está a contar ou pouca água, se estiver a contar muita é o utente que se queixa, porque é que um contador que não é propriedade do município, é propriedade dos serviços municipalizados, o município tem que pagar 20 euros para aferir uma coisa que não lhe pertence?

Gostava também que o Senhor Presidente desse algumas informações sobre o processo da Pista de Remo e os desenvolvimentos que teve nos últimos dias, depois da reunião que teve com o Senhor Secretário de Estado, e propor ao Senhor Vereador da Cultura que estude e se possível inclua a Câmara Municipal de Aveiro, na Bolsa Nacional de Artes. Eu tenho a informação para lhe fornecer se for necessário. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento, fez um pedido de esclarecimento:²⁵

“Eu queria pedir um esclarecimento ao senhor deputado Jorge Afonso, porque às vezes eu compreendo que se dizem as coisas, mas não se quer dizer aquilo que se disse. E eu assim de fugida apercebi-me que disse que quase não eram precisos os Presidentes de Junta urbanos! E aquilo que eu queria que me esclarecesse, o que quis dizer, porque muitas vezes dizem-se as coisas também porque não se tem conhecimento das competências dos Presidentes de Junta. Eu agradecia-lhe isso.”

Vogal Fernando Afonso (BE): ²⁶

“Eu explico. É que também é justo que se diga que no actual executivo nota-se de facto ainda que modestamente, mais alguma preocupação com as freguesias não urbanas. Ou seja, o que eu quero dizer, o que sempre tenho dito (ainda ninguém demonstrou o contrário), porque não é possível, as freguesias não urbanas foram durante todos estes anos e continuam ainda a ser espoliadas dos direitos que têm em favor das freguesias urbanas. Isto é verdade. E o que é que acontece com isto? Na prática acontece que os Presidentes das Juntas de Freguesias urbanas, tem muito menos que fazer, muito menos onde gastar o dinheiro, do que os Presidentes de Junta das Freguesias não urbanas. Ao ponto de, por exemplo, o meu amigo Barbosa, poder oferecer um skiff ou um double ao Clube dos Galitos. O Presidente da Junta de Freguesia de Cacia (mas também é bem feito, porque politicamente é pouco hábil) não tem dinheiro para oferecer nem uma bicicleta ao clube de remo de Cacia! Portanto, são estas diferenças que eu quero expressar com as palavras que digo; está a perceber?”

Vogal João Barbosa (PS): ²⁷

“Eu queria dizer ao Jorge Afonso que isso não é da Câmara. A Câmara tem as suas competências e as Juntas têm as suas. Porque as obras que se fazem nas Juntas de Freguesia são através de competências dadas pela Câmara — porque é a Câmara que dá o dinheiro para isso. Agora o que acontece, e eu queria-lhe dizer a si, as Freguesias urbanas são o hall de

entrada do concelho. E o senhor em sua casa, o hall de entrada tem que estar bem arranjadinho. Não é verdade!?”

Vogal Pires da Rosa (PS)²⁸

Vogal Carlos Candal (PS)²⁹

Vogal Miguel Fernandes (CDS)³⁰

Vogal António Rodrigues (PS)³¹

Vogal Jorge Nascimento (CDS)³²

Vogal Manuel Prior (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:³³

“Senhora Presidente da Mesa e Sr. Presidente da Câmara, li e reli a sua Comunicação e nela não vi algumas preocupações que lá deviam constar, no âmbito do Turismo e da nossa Rota da Luz. Senhor Presidente, nesta sua Comunicação fala da Ria de Aveiro e das suas potencialidades turísticas, mas não fala sobre o PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo) e é sobre o Plano Estratégico Nacional do Turismo, publicado no Diário da República de 4 de Abril último, em 9 páginas, e em que em nenhuma refere Aveiro, ou a Ria de Aveiro ou a Rota da Luz, que me vou debruçar.

Por isso desejava alertar a Câmara, os Srs. Deputados e demais, para mais um ataque, mais um esquecimento. Ou mais do mesmo que o Governo Socialista se apresta para fazer a Aveiro e às suas gentes.

Este Plano para mim e pela minha análise, divide-se em bom, mau e muito mau.

1-É Bom. É uma reflexão positiva sobre um sector que é fundamental para o desenvolvimento da Economia Portuguesa. O crescimento substancial da actividade turística consiste num dos fenómenos económicos e sociais mais marcantes do último século, com um crescimento médio superior ao da economia mundial. O Turismo será cada vez mais, um forte sector económico, nos países e principalmente nas regiões potenciadoras do mesmo, como é o caso de Aveiro, da Ria de Aveiro e da sua Rota da Luz.

2- É também positiva a definição de uma visão de futuro para o sector e a tentativa de traçar uma estratégia de desenvolvimento do mesmo. Portugal deve ter uma estratégia ambiciosa e inovadora para este sector, dada a sua relevância e Aveiro deve constar dessa estratégia.

Mas é mau. É mau quando faz tábua rasa dos trabalhos anteriormente feitos e desenvolvidos pelo estado e por privados, como por exemplo os projectos de construção de campos de golfe, marinas e portos de recreio na Região Centro.

1- É mau à semelhança da política seguida por este Governo Socialista, de imposição e centralização das decisões, este plano é imposto às regiões e aos agentes económicos, cerceando as suas legítimas aspirações.

2- É mau por paralelamente a esta imposição, é visível no Plano que as regiões a desenvolver e a localização dos projectos prioritários resultam não só da influência de lobies regionais, mas também do desconhecimento das características das próprias regiões. Um exemplo do desconhecimento foi o constatado pelo Presidente da Rota da Luz Pedro Silva, quando da visita do Presidente do ITP à região este lhe referiu que desconhecia a realidade e ficou surpreendido pelas potencialidades da região de Aveiro para o produto Saúde e Bem Estar. Mostrando o Presidente do ITP abertura para abordar o tema da Ria e da sua especificidade no âmbito do Plano, mas a verdade é que tal não veio a acontecer, não se atribuindo nenhuma linha do dito plano à nossa Ria ou ao Turismo Náutico.

3 – É mau, não obstante o plano reconhecer a existência e dependência do sector turismo das regiões Lisboa, Algarve e Madeira bem como a sazonalidade do mesmo, nada é feito em termos estratégicos para alterar ou contrariar esta mesma dependência.

É Muito Mau. Falar de coesão nacional, em desenvolvimento sustentado do Turismo, quando não se tem uma única palavra direccionada para Aveiro e para a Rota da Luz. Lembro que em matéria de impostos o distrito de Aveiro é um dos mais importantes, é um erro estratégico e uma grande injustiça.

O Algarve, Lisboa, Porto, Oeste, Açores, e Madeira, são muito importantes. Mas o distrito de Aveiro não pode com tanta facilidade, passar ao lado desta estratégia.

No que toca a Turismo o distrito de Aveiro tem um manancial de potencialidades por explorar como poucos, desde os factores históricos, ambientais, paisagísticos, a serra, a ria e o mar entre outros.

Em todo o texto publicado no Diário da República a única referencia à zona centro é feita em relação ao pólo de Turismo da Serra da Estrela.

Assim temos, que quanto ao Plano estratégico Nacional do Turismo: A Região onde se engloba o Distrito de Aveiro é claramente relegada para plano secundário. As directrizes a aplicar, no que respeita ao desenvolvimento dos produtos turísticos não se ajustam às características da Região. A importância do produto “Sol e Mar” é esquecida, sendo este o principal atractivo da região. Mais uma vez o Turismo de negócios é esquecido, ignorando-se o dinamismo empresarial do Distrito.

O produto golfe nem sequer é mencionado quando existem já no Distrito equipamentos desta natureza e se perspectivam ainda novos e importantes investimentos.

A Região e o distrito de Aveiro são, assumidamente encarados apenas como complementares à oferta definida para as regiões de Lisboa e Porto.

Valoriza-se a importância das ligações aéreas e esquecem-se a A25, com os seus melhoramentos que aproximam cada vez mais Aveiro do mercado turístico espanhol, a via Portuária com os melhoramentos no Porto de Aveiro e os projectos de investimento náutico, a via ferroviária com os projectos de implementação da ligação em TGV ou a velocidades elevadas entre Aveiro e Salamanca.

Em suma, parece estar-se perante um Plano com pouca “Estratégia” e onde o Distrito de Aveiro é claramente esquecido.

Na defesa de Aveiro, da Ria de Aveiro e da Rota da Luz, volto a afirmar que, o Plano Estratégico Nacional do Turismo é mau para Aveiro porque simplesmente não referencia a nossa Região como possuindo fortes potencialidades na oferta Turística do todo Nacional.”

Vogal Carlos Valente (PSD)³⁴

Vogal Pires da Rosa (PS)³⁵

Vogal Carlos Valente (PSD)³⁶

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ³⁷

“Gostaria de começar por contrariar, contraditar os meus colegas de bancada e todos aqueles que disseram que de facto, em primeiro lugar na Comunicação do Presidente, disseram que não se passou nada e em segundo lugar que a acharam monótona. Eu não sou dessa opinião. Acho que de facto, esta Comunicação demonstra que se passaram muitas coisas, entre as quais três meses perdidos.

E monotonia. Monotonia nesta Comunicação! Uma Comunicação feita de uma forma primorosa, aprimorada, com requintes de linguística, que eu já não via há muito tempo. Até julguei que de facto esta Comunicação era só para pessoas assim como o Sr. Dr. Manuel Coimbra, que é uma pessoa letrada, ou o Dr. Jorge Nascimento que gastou as pestanas lá a estudar por Coimbra, porque de facto, ler coisas como: «os edifícios premiados valorizam a fisionomia de Aveiro, refrescam-na com traços de modernidade e aspergem-lhe o cosmopolitismo que se faz, de vanguarda técnica e ousadia...» Isto são coisas que não se

ouvem todos os dias, desculpem lá. Desculpem lá. Bom, isto são coisas que efectivamente de facto eu estou a gostar — estou a gostar, para não falar de outras.

Bem, mas isso são coisas menores depois do PENT que nos traçou aqui o nosso colega Manuel Prior — da maneira que isto está em termos de Turismo deve ser um “PENT” para carecas, que é o que há cá em Aveiro.

Eu gostaria de falar da parte da situação financeira (que é aquela que eu domino melhor) da Comunicação.

Para dizer ao senhor Vereador do Pelouro, uma vez que o Senhor Presidente parece que destas coisas não domina, custa a quem for aqui nas comunicações entender, de facto, o que é passivo e o que é a dívida.

Se reparar, o Senhor escreve assim na Comunicação «o montante total da dívida é de cento e dezoito mil, quinhentos e três, duzentos e nove, noventa e seis; depois vê-se a descrição da dívida e no fim diz: total do passivo — e lá vem o tal montante de cento e dezoito, quinhentos e três, duzentos e três, noventa e seis.» Enfim! Está na altura, enfim, já lá vão dois anos, já era altura da gente saber distinguir o que é que é passivo e o que é que é dívida.

Mas já algumas melhorias já têm sido feitas. Tanto que o senhor Presidente até, ultimamente, no último comunicado, até já diz: pois a dívida é uma coisa... mas a dívida perigosa é a dívida de curto-prazo; é aquela dívida má. E é de facto.

E eu que estava a ouvi-lo falar disso e lembrei-me de uma coisa interessante. Ora vamos lá ver como é que tem evoluído essa dívida. E confrontando os números de Dezembro, das contas que são apresentadas, com os números penso que do fim de Março, verifica-se uma coisa interessante, é que: a dívida de curto prazo baixa doze milhões de euros, a dívida de médio longo prazo sobe doze milhões de euros. Interessante!

É tão interessante, que se eu fosse desconfiado era capaz de dizer que há aqui alguma marosca para explicar que a dívida está a descer.

Porque de facto passa-se de um montante de dívida, no balanço que está aqui na página 3/3, se confrontarmos este com o que está aqui no Relatório do Presidente, páginas 22 e 23, verifica-se essa diferença.

Ora, no Relatório do Presidente, em que se fala de limpeza de valetas, em que se fala de colocar meia dúzia de ladrilhos e não se fala de uma coisa tão importante como a consolidação da dívida em doze milhões de euros (dois milhões e quatrocentos mil contos)! Isso devia vir logo no primeiro ponto. Durante este período nós conseguimos consolidar a dívida, passar de curto prazo para médio longo prazo, doze milhões de euros. Então? Fazem essas coisas tão benéficas ao menos devem publicitar aquilo que de bom estão a fazer para o município.

Uma nota final, apenas, para falar da nossa responsabilidade de fiscalização das empresas municipais. A responsabilidade desta Assembleia que a Câmara não permite que nos façamos. Como sabem essa responsabilização de fiscalização está consignada na lei que está transcrita no Regimento desta Assembleia, mais propriamente no artigo 2 e seguintes, e dela se depreende que a Câmara deve fornecer à Assembleia Municipal os elementos suficientes para que os deputados municipais façam a avaliação de como está a correr a vida das empresas municipais, chamemos-lhe assim, para sermos muito sintéticos e simples.

Acontece que esta reunião é a reunião de Abril. E a reunião de Abril, se é feita em Abril, deveriam ser distribuídas as Contas das Empresas, que foram aprovadas até 31 de Março. Mas não são!?

O que são apresentados, são documentos, enfim, são sempre apresentados, embora o Vereador do Pelouro já dissesse aqui há uns tempos que iam ser apresentadas os documentos, o que são apresentados são os balancetes. Mas os documentos de Prestação de Contas anuais das empresas deviam vir aqui. Obviamente, no pressuposto de que as empresas já aprovaram as suas Contas. Mas não me são enviadas. Daí eu ia requerer no fim desta sessão, mais um requerimento, a solicitar os documentos da Prestação de Contas que obviamente são os que

estão discriminados na lei n.º 53/F 2006, de 29 de Dezembro, que é o regime jurídico do sector empresarial local, sejam distribuídas à Assembleia.

Agora o que me parece, é que houve aí alguma coisa por trás, porque a legislação que se aplica às empresas municipais é esta legislação conjugada subsidiariamente ao Código das Sociedades Comerciais, e essa legislação diz o seguinte: diz que as Contas têm que ser aprovadas até aos 90 dias posteriores ao ano a que fazem referência. Isto é, tem que ser aprovadas até 31 de Março.

E como é que são aprovadas as das empresas municipais ou de uma empresa pública? São de uma seguinte forma: as Contas são elaboradas por pela empresa, são remetidas ao accionista ou aos accionistas (neste caso à Câmara), que pode ser accionista único, mas como sabem no caso de Aveiro há três empresas em que a Câmara não é accionista único; a Câmara delibera o destino das Contas e outras coisas que aprouver para a Assembleia-geral, nomeia um delegado ou um representante nessa Assembleia-geral, que vai nessa Assembleia-geral dizer qual é a posição da Câmara. E que por exemplo pode dizer: “nós aprovamos as Contas”. Quando é por exemplo nas públicas, mesmo que seja só o Estado o único detentor, lá vem o senhor de Lisboa com o papelinho escrito, com a declaração a dizer: “a votação do Estado, é neste sentido” — e normalmente até traz um ponto único no fim a dizer “um voto de louvor” (se eles o merecerem), à Administração, aos administradores da sociedade etc.

Ora, parece-me, e eu penso pelo que ouvi que em Aveiro nada disto é feito. Que em Aveiro nada disto é feito, pelo contrário, as Contas são aprovadas nas empresas e depois são os administradores que foram colocados nas empresas, em representação da quota accionista do município, que vem transmitir à Câmara aquilo que foi as Contas — mas muito depois da data limite para elas serem aprovadas.

Será que isto está bem? Será que isto se passa assim? Eu gostava que o Senhor Presidente me esclarecesse porque de facto isto configura uma situação irregular, a que hoje ponho cobro. Mais, até me disseram (eu não me acredito que seja verdade) que nesta altura, ou seja, estamos em início de Maio já, que há empresas que ainda nem sequer enviaram as Contas que deviam ter apresentado até ao dia 12, 13, de Março à Câmara, para ela poder efectivamente ir à tal Assembleia-Geral, que se devia realizar até ao dia 31 de Março. Mais. Não fica por aí e não julguem que isto de termos as Contas é uma exigência absurda, não é. São termos prioridade na publicitação de coisas, que de acordo com a legislação, artigo 29, n.º4. diz — o Relatório Anual do Concelho de Administração, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Parecer do Revisor Oficial das empresas, têm que ser publicados no Boletim Municipal e num dos jornais mais lidos da área. Todos estes documentos têm que ser publicitados e têm que ser publicados.

Então e nós aqui, membros da Assembleia Municipal, que estamos na segunda linha da fiscalização destas empresas, vamos saber destas coisas pelo jornal como qualquer munícipe? Eu acho que não está certo e por aqui me fico Senhora Presidente.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento, fez um pedido de esclarecimento:³⁸

“Bem, eu pergunto-lhe se nessas considerações que fez teve presente que as Assembleias são realmente até 31 de Março, mas só se tornam definitivas depois de passar o prazo da impugnação. Considerou isso Senhor deputado? Primeira questão. Se atendeu ao prazo de impugnação dessas Assembleias, pronto. Segunda questão, se bem tenho presente as empresas municipais foram de criação no âmbito do anterior executivo. O Senhor deputado, tal como eu, estive nesta Assembleia (eu não sou especialista o senhor é), o senhor era apoiante do executivo anterior, pergunto-lhe se aqui alguma vez nesta Comunicação vieram as Contas — como deviam vir, da EMA e da PDA e das empresas municipais todas. Já na forma, porque referiu, pergunto-lhe, eu tenho que lhe dizer o que lhe pergunte, ou faço a pergunta surda e

muda, diga lá senhor deputado então, se alguma vez vieram aqui conforme agora referiu, no âmbito do executivo anterior, que foi o autor da criação portanto que foi o “pai” de todas estas empresas municipais. Portanto duas questões que gostava que me respondesse.”

Vogal Raúl Martins (PS):[39](#)

“Ao que eu respondo obviamente com muito prazer e que me leva a que o meu requerimento vá mais fundo, que é no seguinte: desde já digo, que vou remeter todos os resultados para a Inspeção-Geral de Finanças, para eles depois apreciarem. Parece que eles já têm aí um gabinete montado, portanto é mais duas coisas, que vão apreciar, não interessa nada. Primeiro, eu quero pedir então (o prazo de impugnação já passou, mas mesmo que não tivesse passado), também as deliberações. Porque as posições que vão ser assumidas por um representante da autarquia na Assembleia-geral da sociedade têm que ser votadas, não é pelo Presidente da Câmara é pelo executivo na sua globalidade. Ou seja, pelo total dos vereadores. Quero saber em que datas é que foram votadas essas Contas. Qual foi a data em que foram nomeados os representantes da autarquia às Assembleias-gerais das sociedades, e qual foi o sentido dessa votação; em primeiro lugar.

Quanto ao facto de no executivo anterior nunca ter levantado isto: eu disse aqui muitas vezes que a oposição que existiu ao executivo anterior era a mais fraca que existiu no nosso país, desde as Cortes de Leiria. O senhor ficava muito enfunado quando eu dizia isso. Desde as cortes de Leiria que não existia uma oposição tão fraca, nomeadamente a do PSD. É bom que se tenha isso em causa, ao que os senhores achavam que era uma coisa injusta. Aqui está a verdade, nua e crua. Era fraca e não se esqueça, que uma oposição fraca faz sempre um governo fraco. É a oposição forte que faz um governo forte.”

Vogal Joaquim Marques (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[40](#)

“Muito obrigado, Senhora Presidente. Era só para lembrar o deputado Raúl Martins, que a memória pode ser curta e às vezes atraiçoa. Eu não me vou alongar em considerações pelo ataque, não pessoal, mas global, que foi feita à oposição do governo do executivo anterior. Mas como frisou nomeadamente os deputados do PSD, ou os vereadores do PSD, eu tenho que me defender. Porque fui com muita honra, com muita honra fui Vereador no executivo anterior e fui Vereador da oposição. E só queria lembrar o senhor deputado Dr. Raúl Martins, que fizesse o favor de ler as actas em que estes temas são abordados, quantas, quantas vezes, foi solicitado pela minha pessoa, pelo meu partido e pela oposição no seu todo, as respectivas actas e as deliberações de aprovação das Contas das empresas municipais. Nunca, nem um único apareceu. E um Administrador, nomeado pelo executivo, enfim, apresentado ao executivo com um facto consumado, ainda teve o desplante de num pedido concreto, objectivo, das Contas no seu todo, ter mandado por fax, uma folha, uma folha, em que apresenta as Contas que nós solicitámos. Teve a veleidade de mandar uma folha por fax, com a conta sete. Com a conta sete não discriminada. Quando eu pedi todos, um balancete discriminado, analítico, das Contas, no caso concreto da EMA – Empresa Municipal de Aveiro. Tenho dito.”

Vogal Raúl Martins (PS):[41](#)

“Eu esclareço também com todo o prazer. Para dizer que de facto, quando eu me referi à oposição estava-me a referir àquela que conheço, aqui aos meus caros colegas de bancada da Assembleia Municipal. E lhe digo uma coisa, se de facto no passado não lhe passavam isso, acredito que agora vão passar.”

Vogal Rocha de Almeida (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[42](#)

“Senhora Presidente, senhores deputados. Muito brevemente uma referência ao relatório do Senhor Presidente, para o felicitar, porque ele está efectivamente elaborado com exaustão e com a informação pertinente. Realçando, como já aqui foi, os elementos do trabalho desta Câmara na área da Juventude, da Cultura e da Educação. Acho que é um dos pontos a salientar e que devia ser relevado na minha intervenção.

Uma pequena questão que eu queria colocar, uma vez que está agora já preparado o espaço do cais do Côjo, se a Câmara tem perspectivado a realização de eventos e de animação neste espaço que está muito bonito e tem condições óptimas para receber também eventos por parte da Câmara.

E finalmente, Senhora Presidente e Senhores Deputados, vou abordar um tema e faço-o (e a minha bancada está comigo nesse sentimento) com mágoa. O nosso querido tribuno Dr. António Rodrigues, o qual Demóstenes, orador eminente e político excepcional, brindou-nos na última sessão com aquilo que é exactamente o exemplo do que não pode acontecer numa Assembleia Municipal.

O que aqui se passou nessa sessão, com essa intervenção, foi lamentável e merecedor da nossa parte, de censura. Se o que aqui foi narrado fosse verdade, é grave. Sendo mentira é muito mais grave ainda.

E um deputado municipal, que usa da palavra, que profere as acusações que aqui proferiu, que lançou as suspeições que aqui lançou, tem que se retratar perante esta Assembleia e perante o Senhor Presidente da Câmara, naquilo que afirmou aqui.

Porque eu esperava por ele hoje aqui. Era o primeiro acto que tinha, uma vez que pediu a palavra. Porquanto, quem faz a acusação e a suspeição, que lançou e faz as acusações e não cuida (e bastavam, a mim cinco minutos chegavam, para saber a verdade das coisas) de ver da qualidade da fonte que tem e da verdade dos factos e da documentação; pois da nossa parte merece o repúdio.

Exigiu aqui que o Senhor Presidente da Câmara, sob pena de ser responsabilizado, apresentasse a Escritura de Doação, o negócio existente entre o Seminário e a Direcção Geral do Património, caso contrário, cito: “está aqui o imbróglio montado e eu fico liberto para usar estes assados, participando-os, porque é um caso de polícia, ao IGAT, à Procuradoria-Geral da República, e utilizar e fazer dele publicidade nos meios de comunicação social”.

Todos nós sabemos, que por circunstâncias várias, o Partido Socialista inquisinou com os terrenos com o antigo Albergue Distrital. O senhor Presidente sabe-o melhor que todos pois sofreu essa inquisinação como Presidente de Junta de Freguesia, com as tomadas de atitude do Sr. Dr. Alberto Souto, e sofre agora com as insinuações do elemento da bancada do Partido Socialista e com a suspeição levantada sobre o assunto.

Em Dezembro, já em Dezembro, pela voz também de deputados do PS, Vossa Excelência foi aqui acusado de estar a querer praticar especulação imobiliária. Foi explicado, claramente, da lisura do processo e da negociação e foi agora outra vez, porque não pegou dessa vez, vem agora o Sr. Dr. António Rodrigues que já hoje nos brindou novamente aqui com palavras, de facto, que nos fazem pensar.

Afirmou já hoje aqui o Sr. Dr. António Rodrigues, que a postura dele é uma postura positiva e contributiva. Diz mais: que se considera o deputado municipal mais colaborante com Vossa Excelência. Porque o que ele aqui diz é sempre verdade e Vossa Excelência segue o que ele efectivamente diz, o Senhor está extraordinariamente bem assessorado nas coisas que o senhor deputado aqui diz!

O meu colega e companheiro de bancada Dr. João Carlos, falou nessa sessão, ao Sr. Dr. António Rodrigues, apelando para que descesse alguma coisa. E o Sr. Deputado diz “eu descer, nunca. Subam vocês” — qual Ícaro subiu, subiu, subiu e esqueceu-se que os amigos lhe diziam:

desce, desce, desce. Aconteceu-lhe ou vai-lhe acontecer, ou está-lhe a acontecer, aquilo que aconteceu a Ícaro — estatelou-se, estatelou-se.

Esta Assembleia, o Senhor deputado não estava, e eu julgo com toda a lealdade e com toda a frontalidade, que nós merecemos da sua parte uma explicação, porque é que disse aquilo? Porque o senhor é um inocente. O senhor foi enganado sem saber. Mas quem foi que o enganou senhor deputado? Quem é que abusou da sua ingenuidade?

E finalmente senhor deputado, eu entendo, que há aqui uma pessoa que merece o seu pedido formal de desculpas, que é o senhor Presidente da Câmara? Porque o senhor sabe tão bem como eu, hoje sabe-o tão bem como todos nós, porque o Monsenhor João Gaspar já veio mesmo definir. Eu falei em São Bernardo e foi-me imediatamente dito. Esse terreno que foi aqui falado era do Seminário. Foi do Seminário e foi permutado pelos terrenos onde está o Carmelo com a autorização do Seminário e da Diocese de Aveiro. E, portanto, não há absolutamente nenhuma razão para estar nisto desta maneira Sr. Deputado. O Senhor que é uma pessoa nobre e de sentimentos, acho que lhe fica bem hoje aqui o pedido de desculpas ao Senhor Presidente da Câmara. Disse.”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento, fez pedido de defesa da honra:[43](#)

“O Senhor deputado Rocha Almeida faz todo um conjunto de afirmações, e de facto também procurar saber todas as coisas. A responsabilidade deste problema levantado foi, e é, do Senhor Presidente da Câmara. Se bem se recordam, em Dezembro, referiu que eu estaria mal informado — hoje Vossa Excelência secunda-o. O que acontece é que, depois de requerimentos realizados para que seja bem informado e para realizar devidamente, com todo o fundamento e com o estudo necessário, que todos os documentos devem exigir, o Senhor José António Oliveira da Cruz, Engenheiro, subscreve no dia 23 de Janeiro um rosário de respostas (que eu digo, não respostas, não sabe) que são remetidas no dia 13 de Fevereiro para mim próprio.

Não tendo ficado satisfeito e tendo requerido de novo, para que se agendasse, entendeu-se na última Assembleia que esse requerimento era muito complexo e que está a aguardar novo estudo (porventura) para que se discuta tudo o que entenderem por bem. O que sucede é que tendo eu tido acesso a um documento que em 1960 custou duzentos escudos, e que está manuscrito (não foi por mim), e que verte sobre esta questão. E que eu tenha dito que sobre aquele espaço existiam e existem, se nós soubermos salvaguardar a memória, restrições ao negócio imobiliário, porquê? Porque nessa data e pela sua mão, o Senhor Manuel Matias Rei, determinou o que deveria ser feito a todos os seus bens. Ele, como bom católico e bom cristão, assim o expendeu. Não li rigorosamente nada que não fosse escrito pelo Senhor Manuel Matias Rei, nesta Assembleia. Portanto, trata-se de apenas e quero crer tratar-se de documento autêntico, que julgo também ser público desde o dia 29 de Março de 1977, dado que ele faleceu no dia 27 de Março de 1977, e os seus três afilhados que receberam mil escudos, foram e colocaram este testamento cerrado como documento disponível para todos.

Quero apenas dizer e disse e repito e reafirmo. E o senhor Presidente da Câmara que tem os problemas que a Câmara coloca-o, a todos, é ele o responsável, responde por ela, em juízo e fora dele e responde aqui perante nós — e não pode dizer que não é nosso criado, não é.

Porque o problema do Serviço público é uma outra questão que porventura, também, ao Senhor Presidente da Câmara ainda não chegou o conceito de servir no infinitivo e de não servir-se de tudo.

Vou concluir só com isto Senhora Presidente. É que de facto, quando nós não estudamos devidamente todas as questões, quando nós sonegamos informação o que é que esperamos? Que de facto porventura pode haver aqui de premeio muita coisa por esclarecer. Houve seguramente. E na minha opinião muito modesta, houve um equívoco da Câmara ao não ter tido a preocupação de se inteirar de todas as circunstâncias e de fazer juízos apressados, sobre

outros, que porventura poderiam auxiliar. E é nesse sentido, que também aqui se diz, sem desfaçatez rigorosamente nenhuma — esta é a tarefa contributiva, para que se peça. Os municípios de Aveiro, morrem, aspiram, que a Câmara estude os problemas do município.”

Vogal Rocha de Almeida (PSD):[44](#)

“Senhor deputado António Rodrigues, eu não vou entrar nos silogismos que o senhor aqui aplica para concluir disparates e informações erradas.

Eu vou-lhe responder com o que o monsenhor João Gaspar disse e está escrito: «O Monsenhor João Gaspar desmente o testamento que o Socialista António Rodrigues exibiu na última Assembleia Municipal de Aveiro (não sei se o ouviu senhor deputado) desmente a doação do Ex-Centro de Saúde Mental de São Bernardo ao Seminário de Santa Joana. O Socialista António Rodrigues disse, que o terreno, incluindo uma capela, que foi construída por este, senhor Manuel Rei (enquanto os irmãos construíram ao lado, um irmão José e uma irmã), foi doado pelo seu anterior proprietário Manuel Matias Rei ao Seminário. Na sua intervenção o Socialista nunca se refere à Direcção Geral do Património e disse que os terrenos foram transferidos sem passar por este testamento. O número dois da Diocese de Aveiro disse, que uma coisa não tem nada a ver com a outra, referindo-se à doação de um terreno ao Seminário de facto, mas confinante apenas com o terreno do Ex-Centro de Saúde Mental.»

Não vou continuar a leitura porque o senhor já leu, toda a gente já leu, e eu julgava que o senhor tinha um bocadinho a humildade e reconhecer que às vezes também erra. Eu acho que sim, mas pronto não erra. Adiante, ficamos com isso. O senhor acerta-as todas.”

Vogal Ana Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[45](#)

“Eu queria tecer aqui uma referência ao Tribunal Administrativo e Financeiro. E agora, neste momento, deixo de ser deputada municipal e passo a ser Delegada da Ordem dos Advogados. Às vezes nas minhas intervenções confundem-me de deputada municipal com Delegada da Ordem, são duas coisas distintas.

E já não vejo aqui o meu colega Miguel Fernandes, mas queria-lhe agradecer as palavras que gentilmente me dirigiu. Mas dizer que realmente há bocadinho o senhor deputado Prior esqueceu-se que afinal de contas o Governo Socialista não está sempre contra Aveiro. Pelo contrário, privilegia grandes serviços para a nossa cidade e até para o nosso Distrito — e este é um dos casos. Portanto, também temos que ser humildes e reconhecer quando nos fazem justiça; porque se tratou de repor uma situação de legalidade.

Devo dizer que não me considero que tenha sido motor de coisa nenhuma enquanto Delegada da Ordem. Mas considero que o TAF veio para Aveiro porque foi fruto da congregação de esforços de várias entidades: do Governador Civil actual, do Presidente da Câmara, obviamente, do Presidente da Câmara anterior, dos meus Bastonários, e de outras entidades que se interessaram por este problema.

Ao contrário do que parecia, que ninguém queria acreditar, o meu colega Jorge Nascimento voltou a perguntar há bocadinho se vinha um Tribunal. De facto vem para cá um Tribunal. Não vem uma Secção, não vem uma Vara, nem sequer um quiosque de atendimento, vem um Tribunal completo. Portanto Aveiro ficou muito bem com a vinda de um Tribunal Tributário e Fiscal e até porque os argumentos que o senhor deputado Prior há bocadinho utilizou, para dizer de Aveiro, dizendo que a região de Turismo não era privilegiada, nem a tinham em consideração. Foram exactamente os mesmos argumentos que nós todos utilizámos quando quisemos que o Tribunal Tributário viesse para Aveiro. Portanto, quanto a essa parte estamos falados e penso que não vale a pena continuar a falar sobre o Tribunal Tributário.

Eu queria fazer apenas, agora, aqui uma observação sobre uma matéria que já há algum tempo pensei que deveria abordar nesta Assembleia e que é o papel da Comissão de Protecção de

Crianças e Jovens de Aveiro, cujos destinatários são crianças até aos 18 ou 21 anos, composta por Técnicos de diversas áreas.

A intervenção desta Comissão obviamente que é junto de jovens, que pelos mais diversos motivos necessitam que de alguma forma lhes seja chamada a atenção para comportamentos que não estão de acordo com as regras sociais que lhes são impostas. E, é vulgar, todos nós quando ouvimos as notícias, é vulgar aparecerem casos dramáticos em que o trabalho destas Comissões de Menores são postos em causa várias vezes. Eu gostava de saber: aqui em Aveiro como é? Qual a experiência? Pouco nos é dito. Neste concretamente não nos é dito absolutamente nada.

E mais do que enumerar as reuniões, era interessante saber, não só o número de processos, mas tal como vem acontecendo na parte do contencioso, que nós costumamos periodicamente verificar como é que vai decorrendo, ver qual é o tipo de processo e sobretudo qual o resultado final. Porque aqui interessa saber que medidas foram adoptadas e obviamente que processos é que foram arquivados. É que também se devia saber quem é que faz as queixas. Pois que algumas, muitas delas, se não são devidamente fundadas e não são devidamente investigadas, podem causar problemas graves aos intervenientes no processo. Chamo pois aqui a atenção para a actividade da Comissão de Protecção de Menores e gostaria de ver mais clarificada nos relatórios que nos apresentam. Tenho dito.”

Vogal Manuel Prior (PSD)⁴⁶

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁴⁷

Vogal Paulo Anes (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁴⁸

“Boa noite a todos. Da leitura atenta que fazemos da Comunicação do Senhor Presidente da Câmara relevamos hoje questões referentes ao urbanismo e à salvaguarda da valorização do Património nas suas mais diversas cambiantes. Falamos não só do Património histórico consolidado, mas também do Património que hoje se constrói. Reflexo disso é o prémio de arquitectura e urbanismo que o município de Aveiro, uma vez mais, distinguiu os trabalhos colocados a concurso que pela sua qualidade evidenciaram nos últimos anos. É sempre de enaltecer o que de melhor se vai fazendo na nossa contemporaneidade. (Dr. Raúl Martins a arquitectura sempre foi uma arte de vanguarda técnica e estética.)

Damos igual relevo à candidatura do eco-museu da Marinha da Troncalhada ao prémio Geoconservação 2007, que visa a distinção dos melhores exemplos de conservação de Património geológico promovido pelas autarquias.

Destacamos também uma iniciativa do inventário Patrimonial móvel do município de Aveiro. Enaltecemos o desenvolvimento da Carta de Património e o banco de azulejos que tem vindo a ser catalogado e geo-referenciado.

A adesão do município de Aveiro à Rota do Modernismo merece também destaque.

Constatamos ainda da leitura da Comunicação do Senhor Presidente que se encontram em desenvolvimento vários estudos e concepções urbanísticas, bem como o desenvolvimento de diversas actividades e dinâmicas de suporte aos planos municipais de ordenamento do território, nomeadamente o PDM, o PU, e bem como o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro.

Deixaria apenas uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, que é a seguinte: o PP do Centro está a ser revisto. Gostaríamos de saber quais os pressupostos que levaram à tomada de decisão dessa revisão e que alterações substanciais se perspectivam?

Terminando a minha intervenção e voltando à salvaguarda e valorização do Património urbanístico direi: o Património não são apenas monumentos ou edifícios artisticamente mais exuberantes ou aparentemente mais vistosos. Reconhecemos no tecido urbano um vasto rol de elementos arquitectónicos que marcam a singularidade de Aveiro; merecem portanto toda a

nossa atenção. Não podemos deixar que os seus proprietários os tornam devolutos com vista à sua fatal demolição. É necessário fazer pedagogia pela boa prática. Não nos podemos refugiar em um ou dois exemplos de boa requalificação. É importante impor regras claras aos proprietários de imóveis de reconhecido valor arquitectónico visando preservar o valor que é de todos.

Senhor Presidente é fundamental saber quais são os edifícios que, nomeadamente na Avenida Lourenço Peixinho, serão para preservar e que se possa traçar um plano de salvaguarda e linha orientadoras para um futuro próximo.

As intervenções nas zonas históricas não poderão ser casuísticas. Deverão obedecer a preceitos de conjunto, claras, conhecidos e reconhecidos. Abemos bem que esta questão é preocupação deste executivo. Mas esta breve nota serve para sublinhar a urgência de uma boa política efectiva e veemente com vista à salvaguarda o Património aveirense. Tenho dito.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁴⁹

“Senhora Presidente, senhores deputados, de uma forma sumária e direccionada. Dr. Carlos Candal, a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, foi também uma questão aqui colocada por outros deputados quer na Assembleia de 27/04, quer na de hoje. Também pelo Presidente da Junta de Santa Joana e pelo Dr. João Carlos Valente. Estamos a procurar, e já aqui o referimos em reunião anterior, estamos a abordar este assunto de uma forma integrada. Temos uma equipa da Câmara que, essa informação já foi aqui também prestada, está a trabalhar nesse projecto nas suas múltiplas vertentes.

É uma área reconhecidamente complexa, como prova o facto de andarmos há cerca de vinte, trinta anos à procura de uma solução.

Quanto à questão aqui levantada de que não sabemos o que fazer. Há trinta anos que não sabemos o que fazer. Mas estamos a trabalhar e penso que vamos conseguir propostas interessantes que hão-de passar aqui, naturalmente pelo Executivo e pela Assembleia Municipal.

Deputado Joaquim Marques quanto à IGF e quanto às eventuais insistências da nossa parte. É verdade que o relatório preliminar nos foi entregue em 14 de Agosto de 2006. Também é verdade que na altura era previsível um curto espaço de tempo, para que o relatório definitivo nos fosse enviado. É verdade também que até hoje não nos chegou nenhum relatório definitivo da Inspeção-Geral das Finanças. E também é verdade, que não fizemos nenhuma insistência. Nós respeitamos muito o trabalho das pessoas, nomeadamente entidades desta natureza. Desenvolveram aqui o seu trabalho na Câmara, estiveram com quem quiseram, fizeram o que quiseram, nunca em nenhum momento fizemos qualquer insistência ou qualquer pressão. Assim como não fizemos à posteriori. É uma entidade séria, idónea, naturalmente, e não ficaria bem, que estando nós no processo houvesse aqui alguma pressão da nossa parte.

Deputado António Regala, obrigado pelas sugestões que nos deu na área da Cultura. Quanto à construção que existe no Bairro de Santiago lote 1, sector k) do PIAS, não sei. Nós não conseguimos identificar aqui, mesmo em conversa informal, a que é que se referia. Mas naturalmente pode dar entrada do requerimento, para dar as informações que conseguirmos. Quanto à entidade gestora da Ria, que foi também um assunto colocado na reunião anterior pelo Dr. Jorge Nascimento. Esta é uma luta de (como é sabido) muitos anos que temos tido aqui em Aveiro e que tem sido liderada e muito bem no âmbito da Associação Nacional de Municípios da Ria e por todos os municípios que integram essa Associação. É um processo com uma história muito longa, com factos quase inacreditáveis, penso que é sabido que esta criação desta entidade já teve compromisso aqui em Aveiro, foi dado o compromisso firme e inabalável de dois Primeiros-Ministros, que se comprometeram a criar a entidade gestora da Ria e de um Presidente da República que assumiu duas vezes o compromisso de que agora é que vai.

O que é certo é que o resultado final é que não há entidade gestora da Ria. O que é que se pretende com essa criação e porque é que na nossa perspectiva é importante este assunto? Nós precisamos na Ria de alguém, de uma entidade, que dê a cara. Que assuma responsabilidades. Que diga sim ou que diga que não, mas que não tenhamos que andar à procura ou atrás de treze entidades para ter uma licença ou uma autorização. Isto naturalmente não funciona, não agiliza. Com isto todos perdemos e o que se passa na Ria de há seis anos para cá, está lá. As consequências disso estão lá.

Portanto o nosso pedido, e nós temos procurado (como é nosso dever) colaborar nessa luta, quer em Lisboa, quer em Coimbra, quer em Aveiro. Ainda recentemente aqui esteve o senhor Ministro do Ambiente, nós tivemos oportunidade de expor os nossos receios, as nossas dúvidas e os nossos anseios, também. Nós não estamos a pedir dinheiro neste momento. Apenas uma decisão. Apenas que seja criada, que seja instituída, uma entidade gestora para a Ria, só isto, mais nada. Portanto não nos parece ser difícil que isso possa vir a acontecer. Não estamos a pedir muito, apenas isto neste momento. A situação actual de desprezo é que não se pode manter. E eu acredito muito, com esta insistência e com estes percursos da parte de todas entidades e todos os municípios da AMRIA que estão envolvidos nesta luta, acredito que como é indispensável, essa entidade venha a ser criada — e gostaria que fosse até antes de 2008 conforme aquilo que o senhor Ministro aqui disse em Aveiro.

Jorge Afonso. No Plano de Urbanização do Aveiro Polis, como sabe, está previsto uma zona museológica no final do terreno da lota. Agora, primeiro tem que se resolver a questão do terreno da lota que não é ainda do município, para que essa questão possa ser equacionada. Pista de remo. Foi também um assunto colocado (recorrente) pelo Dr. Miguel Fernandes, pelo Dr. Carlos Candal, também pelo deputado Jorge Afonso. É um processo importante que nós temos procurado conduzir com a prudência e com a descrição que é exigível em processos desta natureza. Nós da última Assembleia para esta tivemos reuniões com dois Secretários de Estado para análise do assunto, aos quais tivemos oportunidade de pessoalmente transmitir a nossa perspectiva, a nossa posição, e aquilo que nos vai na alma em relação a este assunto. Reunimos também em Lisboa com a Administração da Portucel e penso que fomos claríssimos com todos eles, e em todos (é o plural) encontramos abertura e empenho em colaborar para ser encontrada uma solução. Inclusive (e eu faço essa referência porque houve aqui assim afirmações em contrário), inclusive por parte do senhor Secretário de Estado do Desporto, que foi o último Secretário de Estado com quem estivemos neste processo, que está também a trabalhar no sentido de ser encontrada uma solução e de que venhamos a ter êxito no apoio que queremos para a Pista de Remo.

Dr. Pires da Rosa, em relação à questão que colocou do bar. Foi o Dr. Carlos Candal que na última sessão me levantou a questão de um edital que estaria a ser publicado pela CCDRC sobre esse assunto, da instalação de um bar ou não nos canais da Ria. E temos aqui a tal questão de que falávamos há pouco da entidade gestora da Ria. A entidade que é responsável e que pode autorizar ou não a instalação de um bar num canal da Ria, dentro da cidade de Aveiro, não é o município, é a Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro! É essa entidade que tem competência legal para dizer se ali no canal se fica bem ou se fica mal um bar — daí também a importância da entidade para criar essa proximidade com os cidadãos e com os municípios e as autarquias, para que essas decisões sejam mais próximas.

Dr. Miguel Fernandes, TAF. Obrigado pela reflexão que fez e só dar uma informação. Não sei se aqui foi dada, mas no Diário da República de 24 de Abril, já foi publicada a resolução do Conselho de Ministros 59/2007 que formaliza essa criação do Tribunal Administrativo e Fiscal, instalado em Aveiro.

Em relação à Conservatória do Registo Predial. Foi colocado pelo Dr. Miguel Fernandes e pelo senhor Presidente da Freguesia de Oliveirinha e pela Dr.ª Ana Maria Seça Neves. Nós já

tivemos oportunidade aqui entre as Assembleias de prestar informações sobre este assunto da Conservatória do Registo Predial em Aveiro.

Ao longo deste ano e meio temos quer por escrito, quer pessoalmente, temos feito diligências no sentido da situação ser minorada. Ainda recentemente, em mais uma reunião que tivemos com o Secretário de Estado, reafirmámos novamente o assunto. A informação que nos foi prestada, vem na linha do que aqui já foi dito: é, face à constatação por parte do Governo Central de que haveria ali um problema a ultrapassar. Terá enviado cá algumas pessoas do Governo Central que fizeram a avaliação do que se estaria a passar e na perspectiva do responsável pela área foram tomadas medidas que irão conseguir que a curto ou médio prazo, que este problema venha a ser ultrapassado. Esta é a informação que nos foi prestada. Nós iremos, como é nosso dever também, continuar a acompanhar este assunto.

Dr. Jorge Nascimento, agradecer-lhe a excelente sugestão que fez em relação ao site da Câmara. Nós estamos já a desenvolver esse trabalho, nomeadamente em termos de aulas particulares. Queríamos ver se criávamos essa proximidade e essa possibilidade do cidadão poder em casa acompanhar a evolução e o percurso que o seu processo está a seguir.

Quanto à SUMA. A SUMA tinha e tem, apenas responsabilidades pela limpeza na zona central da cidade. Nós temos vindo a tentar renegociar esse acordo com a SUMA. As coisas têm corrido muito bem nessas reuniões que tem havido e é para nós grato de alguma forma informar aqui, que por preço inferior aquele que vinha a ser praticado no passado, a SUMA vai fazer um preço mais baixo, e apesar disso, vai assumir a responsabilidade pela limpeza de mais 40 quilómetros de arruamentos dentro da cidade. Vai também assumir uma passagem de uma máquina varredora, um dia por mês, em cada Freguesia. Vai também disponibilizar uma equipa, um dia por mês, para estar disponível para cada Freguesia, de forma a fazer os trabalhos de cada Freguesia, que se entenda por conveniente. E aqui, também, de alguma forma está a preocupação desta distribuição o mais equitativa possível da nossa gestão. Quanto aos instrumentos de planeamento do PU e PDM. Congratulamo-nos todos muito com a recente informação do Senhor Primeiro-Ministro, que veiculou no último debate, em relação ao encurtamento de prazos no que toca, quer à elaboração, quer à revisão destes Planos e destes instrumentos de planeamento — o que se passa é incompreensível, no mínimo.

É incompreensível. Nós temos um Plano de Urbanização que anda há onze anos a ser elaborado. Há onze anos!?. Iniciámos há dois anos e meio o processo de revisão do PDM, que naturalmente se irá estender e dilatar no tempo. Esta é a realidade com que nos confrontamos. Eu estou a falar com aquilo que se passa de facto. Certamente no papel pode ser tudo muito rápido, mas de facto o que se passa é isto.

Aquilo que se passa com o PP de Rasos. Foi um processo que veio a esta Assembleia e que é quase um escândalo. O que se passa com o PP de Rasos é um escândalo. E prova a forma como está montada esta estrutura em termos de instrumentos de planeamento.

Aquilo que foi uma falha ínfima, assumida por todas as entidades envolvidas no processo, dada a duplicação de diferentes escalas e diferentes plantas, toda a gente assume que um tracinho que lá estava, houve ali qualquer coisa que se percebe, a gente olha para aquilo agora e percebe onde é que esteve a falha, e diz: “eu também teria falhado.” Só foi detectado mais à frente, já anda há quatro anos para ser corrigido. As obras estão paradas, o senhor a ser prejudicado, enfim. Esperemos que haja aqui alterações profundas porque já há um ano eu tive o grande prazer de ouvir o senhor Secretário de Estado, um pouco nesta linha daquilo que o senhor Primeiro-Ministro afirmou agora à Assembleia da República. Há um ano e dois meses ouvi o senhor Ministro em Coimbra, um pouco nessa linha, vamos esperar agora que na sequência disso, isto venha a desaguar naquilo que é o desejo de todos, do Secretário de Estado, Ministro do Ambiente, e do Senhor Primeiro-Ministro, venha a desaguar naquilo que é o desejo de todos, que é o encurtamento destes prazos.

Quanto à EPA. Foi também um assunto colocado pelo senhor Presidente da Junta de Santa Joana. Só informar que conforme havia sido aqui já informado à Assembleia, que a Direcção Geral do Património vai vender em hasta pública o terreno da antiga EPA. É no dia 21 de Maio às 10 horas, na primeira Repartição de Finanças de Aveiro, por um valor de um milhão e dez mil euros. Se houver alguém interessado pode lá ir.

Conforme tivemos oportunidade de informar na altura o senhor Director Geral e conforme já o fizemos posteriormente, continuamos a considerar que é um valor muito elevado. A Câmara não irá à hasta pública, mas temos o compromisso de se ficar deserta aparecermos numa segunda fase depois. Como sabem, em termos legais, já é possível a negociação por outros valores, mas neste momento não iremos.

Passagem superior na Quinta do Cruzeiro, uma questão colocada pelo Dr. Jorge Nascimento e pelo Dr. João Carlos Valente. Depois de muitas e longas reuniões que tem decorrido e decorreram com a REFER, já nos entendemos. A questão era, incontornavelmente, a questão do dinheiro decorrente das responsabilidades que cada parte tinha obrigatoriamente que assumir nesse processo. Nesse sentido já oficiamos à REFER a solicitar que dê início às obras de correcção daquela zona.

Senhor Manuel Prior, estamos de acordo com as preocupações que referiu aqui. O Dr. Jorge Greno irá responder.

João Carlos Valente, gestão partilhada. Obrigado por essa reflexão que fez e fico feliz (deixem-me dizer isto) quando pretensamente sou atacado pelo facto de ter uma gestão partilhada. Fico feliz, porque eu ouço naturalmente, são opiniões diversas das minhas. Eu ouço essa opinião e permitem-me reflectir sobre se estarei certo ou errado. Analiso e cada vez que analiso e cada vez que isso me é dito, eu fico mais feliz porque penso que estou no meu caminho. Naquele que é o meu caminho e que penso que é o caminho certo e fico imensamente feliz por isto. Pelos aveirenses, porque não estão a ser governados por uma cabeça só, nem por uma pessoa só. Estão a ser governados por uma equipa que trabalha, que é responsável, em que cada um assume os seus pelouros, assume no trabalho e assume na exposição pública. Porque para mim era desonesto estar aqui o senhor Vereador a trabalhar num assunto e quando fosse na hora da exposição vinha eu fazer o brilharete. Dizia “Dr. Miguel arranje-me aí o papel para eu ir lá ler”. Chegava aqui eu, usava o fato, brilhava, eu aqui assim... e a pessoa que trabalhou? Esta é a única forma de termos uma equipa que trabalha, porque as pessoas sabem que trabalham, mas também têm a exposição pública consequente. Esta é a forma de eu respeitar as pessoas. Nós estamos a ser geridos por todos, pelo executivo, pela Assembleia, pelos Vereadores, por todos. Agora, naturalmente e já notaram isso, até porque uma ou duas vezes quando foi necessário tomar uma posição mais firme apareceu logo alguém a dizer que o Presidente da Câmara já estava contra não sei quem, porque o não sei quem, queria o não sei quê, depois a Câmara quis não sei o quê.

Pronto, eu percebo isto porque tem a ver com jogo político, é normal. Se a pessoa lidera é porque não respeita os outros; se a pessoa procura fazer uma gestão partilhada é porque não lidera.

Penso estar no bom caminho e sempre que esse pseudo ataque possa surgir, entendo-o sempre interiormente, no fundo de mim próprio, como um elogio. E entendo que estou naquele que é o meu caminho. Eu tenho uma vivência associativa muito longa, desde os meus 15 anos que estou ligado a todas as áreas possíveis e imaginárias do que é a participação cívica e sempre foi assim que eu estive e sempre foi assim que eu me senti muito bem e é assim que eu quero continuar a estar, sempre.

Dr. Raúl Martins, em relação à questão do PDA, que colocou na última Assembleia.

PDA, três ideias centrais em relação a este assunto, em relação ao PDA. A primeira ideia central é que o município não tem possibilidades de concretizar sozinho o projecto do PDA e não tem por razões óbvias. Não tem porque não tendo dinheiro para o fazer e é preciso

dinheiro para fazer as coisas. E segundo, pelo próprio quadro legal existente, que cada vez vai estreitando a malha, criando viscosidades e não vai operacionalizar ou não facilitar, esse investimento.

A segunda ideia é que, nós temos no processo um investidor privado, a quem recebemos, a quem demos as boas-vindas e que está a trabalhar connosco. E este facto tem naturalmente que ser tido em conta, não pode ser rasurado. A terceira ideia é que o processo e já aqui o temos referido, está a correr muito bem. Está a correr muito bem em diversas áreas, especialmente na aquisição de terrenos. E sabem que num ano ou pouco mais de um ano, aquilo que era um projecto com muitas dúvidas, porque teria cerca de 29% dos terrenos apenas adquiridos, num ano e pouco passou para mais de 80% dos terrenos adquiridos e pagos. Adquiridos e pagos (num ano). Isto dá solidez, dá consistência, e dá garantia a esse projecto.

E a segunda área em que está a correr muito bem é no envolvimento do privado que está no processo. Deixem-me confessar uma coisa. A primeira reunião que tivemos em Viseu, logo passado pouco tempo de começar o mandato, na primeira reunião a ideia que foi transmitida lá, que eu pessoalmente transmiti do município, era que o privado saísse do projecto porque assim não valia a pena conforme estava. Estava longe, não queria saber do projecto, não era nada com eles, assim não. E na última reunião que lá fomos, fomos dizer exactamente o contrário. Porque eles na prática, no concreto, no terreno, entusiasmaram-se, empenharam-se e estão a lutar pelo projecto. Isto é uma mais-valia significativa para isso. O que é que nós fizemos na nossa opinião em relação ao PDA? Transformámos aquilo que já se começava a erguer como um obstáculo, dadas as inúmeras roturas que existiam nesse processo (e elas são públicas), mormente com os proprietários dos terrenos que lá existiam, transformámos aquilo que estava a ser um obstáculo numa oportunidade de um excelente investimento para Aveiro. E vamos fazer tudo, tranquilamente, serenamente, discretamente, com toda a segurança, para que este projecto possa continuar no excelente caminho que tem trilhado no último ano e meio. Tendo sempre presente que, por decisão (e isto é importante) do executivo que nos precedeu, houve uma abertura de capital desta empresa municipal a privados. Mais (e também é muito importante que isto se note), foi celebrado um acordo para-social que confere direitos, quase de accionista maioritário, ao accionista privado. O accionista privado, que tem só 49%, tem direitos de accionista maioritário em algumas áreas.

Por último, desta questão central. Uma eventual alienação de parte ou de totalidade do capital social do PDA. É uma hipótese que nós estamos a avaliar, estamos a aprofundar, bem como outras hipóteses em relação ao município. Assumimos aqui o compromisso (e isto é importante) que as propostas que venhamos a assumir quanto ao PDA (naturalmente terão que merecer a aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal de Aveiro) é nossa intenção que, se decisões existirem neste domínio que conduzam à alienação de parte ou da totalidade do capital social do PDA, ou outras soluções que venham a ser consideradas de mero interesse para o município, as mesmas sejam sempre concretizadas, não só vindo à Câmara e à Assembleia, como concretizadas através de concursos públicos para maior transparência no processo.

Senhor deputado, mesmo que não fosse, nem quero saber se é ou não é, vem cá e é de concurso público. Não tive a preocupação de ir ver se a lei obrigava ou não obrigava. Vem cá e vai a concurso público.

Deputado Rocha de Almeida, obrigado pela reflexão que nos trouxe em relação à proposta válida para o espaço do largo do Côjo.

A questão do Seminário. Eu ia estar aqui a noite toda. Deixe-me dizer-lhe uma coisa: eu estou espantado! Mas estou mesmo espantado! Espantado, aliás, como é que é possível um discurso tão floreado, tão convicto também, tão transparente, tão colaborante, tão emotivo — como é que é possível isto tudo, quando o suporte disto é uma falsidade? É uma mentira. Como é que é possível isto? Sr. Dr. Rodrigues como é que é possível? O Sr. Dr. certamente teve acesso aos documentos. Trouxe cá os documentos. Fez-me perder um dia para andar a investigar esse

assunto, para analisar, para aprofundar. Fez-me perder um dia da minha vida, para no fim, considerar que perdi mesmo um dia por inteiro porque o Sr. Dr. está enganado.

O Sr. Dr. quando refere esse terreno, não é o terreno do Centro de Saúde Mental. A capela que está lá, que o senhor chama capela, pensa que é a capela do Ex-Centro de Saúde Mental. Mas em 1960 tenho muitas dúvidas que já existisse capela no Centro de Saúde Mental, tenho dúvidas, não tenho a certeza. (ouvem-se vozes). Pronto, nem sequer a capela existia.

E essa escritura que aqui leu é de um outro terreno, com outras confrontações, que está situado noutra parte. Não tem nada com o Centro de Saúde Mental. O senhor Manuel Matias Rei e a esposa doaram um terreno que tinham ao Seminário. O que o Sr. Dr. aqui trouxe é outro terreno (que eu referi aqui em Dezembro). Aquele que foi doado ao Seminário, foi doado (como o do Centro de Saúde Mental) com uma cláusula de reversão que dizia assim: “até à minha morte, ou da minha esposa, têm que dar uns alqueires de milho...”. Depois passa-se o seguinte, já para explicar um pouco mais, e eu pensei que aqui estivesse mais informado do que estava, é assim: o Seminário na altura ficou na posse do terreno e a Diocese de Aveiro queria construir um Carmelo e tentou inicialmente ver se conseguia instalar o Carmelo nesse terreno. Só que o terreno não tem dimensão ou geografia que se adaptasse ao Carmelo. Então o que fez foi uma permuta (como foi aqui referido) entre a Diocese, e uma outra família Gamelas, desse terreno, por outro terreno. E para essa permuta ser feita a esposa do Sr. Manuel Matias Rei teve que assinar uma escritura de renúncia a esse ónus. Foi nesse terreno que foi permutado com a família Gamelas que está construído neste momento o Carmelo.

Em relação ao terreno do Centro de Saúde Mental, que foi o único terreno (como eu disse aqui em Dezembro) que não foi pago pelo Albergue Distrital, porque todos os outros terrenos que integram o Albergue Distrital foram pagos. Sr. Dr. agradeço que aprofunde isso. Este foi o único que não foi pago, que ficou perfeitamente livre, quando faleceu o Senhor Manuel Matias Rei e quando faleceu a esposa.

Sr. Dr., acho que deve aprofundar. Eu dei-lhe um conselho aqui da última vez que falámos aqui sobre o assunto. Não seguiu o meu conselho, fez muito bem. Naturalmente, seguiu outros caminhos, fez muito bem. Mas faça o que eu lhe pedi. Se tiver um dia um tempinho, comece por onde eu lhe disse e vai ler aquele ofício que a Câmara mandou para Lisboa, como eu lhe disse, ver aquele parágrafo, e percebe tudo. Fica a história toda perfeitamente esclarecida, fica documentado, fica seguro e fica firme. E a partir daí, sempre que venha a esta Assembleia, pode vir com a convicção que vem, mas que passa a vir com a verdade — com que não tem vindo.

Sr. Paulo Anes, revisão do PP do Centro, porquê? Porque é um Plano de Pormenor que tinha cerca de cinco seis anos já, para o qual nos chegaram alguns pedidos de alteração, pontuais, e pareceu-nos que numa zona nobre da cidade, numa zona importante no futuro, para não embarcarmos em alterações, enfim, parecia-nos importante tê-lo de forma integrada. Então, daí, termos optado por este processo que começou com uma deliberação de Câmara, por pedir opiniões, sugestões, e agora naturalmente os serviços vão tratar desse assunto.

Último assunto, última questão, colocada na reunião de 27/04, não foi hoje. Foi o senhor deputado Terra Sêca que a colocou, tem a ver com o Teatro Aveirense, com movimento cívico do Teatro Aveirense e com questões ligadas a isso. Senhor Terra Sêca, há coisas que eu sei e há coisas que eu não sei, tenho esta humildade. Eu não sei, por exemplo, e quero aqui dizê-lo, como é que está o movimento cívico que referiu. Não sei. Desconheço até a sua existência. Não sei. Aliás, aquilo que eu sei disse-o a quem tinha que dizer, no local e nas alturas próprias.

Mas há uma coisa que eu sei. Sei por exemplo, os dados comparativos entre 2005 e 2006. E 2005 foi um ano eleitoral. Entre 2005 e 2006, nalgumas áreas do Teatro Aveirense, por exemplo, o número de sessões realizadas no Teatro Aveirense em 2005 foram 105 e em 2006 foram 175 — mais setenta sessões, mais 66%. O número de espectáculos que tinham sido 89, passou a ser de 109 — mais 20 espectáculos, mais 22%. O número de espectadores passou de

23.800 para 33.135, são mais 10.000 espectadores, são mais cerca de 40%. E isto tudo reduzindo de 21 para 19 o número de colaboradores, gastando menos 16.000 euros em publicidade e propaganda, e tendo ainda realizado um investimento de cerca 75.000 euros (ouvem-se vozes).

Para concluir. Também sei que no passado Domingo (eu fiquei muito feliz com isso) a Senhora Ministra da Cultura, por sua iniciativa, por seu desejo, por sua vontade expressa, deslocou-se ao Teatro Aveirense onde estive connosco durante várias horas a assistir. É naturalmente, também, um reconhecimento público do trabalho que tem sido feito. Muito obrigado.”

Vice-Presidente:[50](#)

“Senhora Presidente, Senhores deputados, eu aproveito sempre os contributos de todos os Senhores deputados para tentar fazer correções, para tentar resolver algumas das questões que são levantadas. Gostaria de dizer uma questão que eu considero importante, especialmente importante para as Freguesias, porque praticamente aqui tudo foi dito. Eu gostaria de dizer que, a cedência de materiais e os trabalhos realizados nas Freguesias, resultam essencialmente dos pedidos dos senhores Presidentes de Juntas. E a preocupação tem sido corresponder a esses pedidos, calendarizando as intervenções, de acordo com a disponibilidade de materiais e de Técnicos do DSU. Isso tem sido feito e tenho que dizer que tive o cuidado de ver os materiais gastos em 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e dizer-vos: que em 2006, que nós não estivemos nada mal. Que fornecemos muito material às Freguesias e que estivemos francamente bem. Enfim, embora reconhecendo as dificuldades e as limitações que temos, fornecemos bem, que isso não correu mal.

Houve aqui diversas questões que foram levantadas por todos os senhores deputados e eu registo algumas delas que dizem que tem a ver com os pelouros que detenho, sobre o problema do alindamento da cidade. Houve aqui algum reconhecimento de alguns dos senhores deputados e também algumas críticas. Houve palavras elogiosas do Fernando Marques, filho, houve também do Victor Martins. Também o João Barbosa reconheceu que alguma coisa tem sido bem feita. O Presidente João Barbosa, a Dr.ª Ana Seiça Neves, claramente levantou a questão dos buracos. É evidente que há buracos na cidade. Vamos tentando corrigir algumas situações que não estão bem.

Eu creio que o Senhor Presidente praticamente falou nas coisas mais importantes. O deputado Jorge Afonso, levantou aqui uma questão, trouxe-me aqui um panfleto dos SMA e falou na aferição do contador que são 20 euros a aferição do contador. É evidente que a aferição só é paga quando é solicitada pelo consumidor. Acontece que quando o consumidor tem razão é devolvido o valor pago. Esse valor pago é devolvido. Portanto é sabido também que todos os contadores são substituídos ao fim de dez anos, que esse serviço se faz. Enfim, são valores que praticamente já existiam no passado e que não tem sofrido grandes agravamentos.

Eu gostaria também de tocar aqui num assunto, que é um assunto com o qual eu tenho muita dificuldade em conviver, que é a acusação que nós frequentemente recebemos de sonegar informação. Sistemáticamente eu ouço isto de que andarmos a sonegar informação e eu garanto-vos que ninguém sonega o que quer que seja a ninguém. Nós podemos errar, podem acontecer coisas, agora e gostaria também de dizer o seguinte para que as coisas ficassem claras em relação a isso. Nós por vezes erramos, só não erra quem não faz nada. Nós fazemos o que podemos. Mas há uma coisa que é uma coisa muito engraçada que são as ameaças constantes que aqui recebemos. São as queixas constantes. Faz-me lembrar a história do “chamem-me a polícia.” Estão-nos sempre a dizer que “vamos fazer queixa ao IGAT”, vamos fazer queixa não sei a quem, vamos chamar a Judiciária. Mas também são só duas ou três pessoas que fazem sempre estas queixas. Eu insisto, nós por vezes erramos. Há pessoas sérias e nós somos tão sérias como as pessoas que são sérias e procuramos fazer as coisas o melhor que podemos e fazemos. Era bom que esse tom fosse moderado. Era bom que a forma como se

dirigem por vezes ao Executivo, que as pessoas fossem tratadas com respeito, a que todo o cidadão tem direito. Diferenças de opinião, sim senhor, tudo bem, estamos todos de acordo. O respeito é muito lindo.

A mim várias vezes me têm dito, o meu filho diz-me isso muitas vezes: “oh pai, tem tino”. É bom, também, que alguns de nós tenhamos tino antes de fazermos acusações e usarmos tons de voz agressivos, perfeitamente agressivo e perfeitamente excessivo.

Muito obrigado, era isto que eu queria dizer.”

Vereador Capão Filipe⁵¹

Vereador Pedro Ferreira⁵²

Vereador Jorge Greno:⁵³

“Muito boa noite a todos, ou bom dia. Já se nota algum cansaço em algumas caras, mas isto se praticarem algum desporto penso que poderão resistir melhor a estas sessões.

Relativamente aos assuntos que me tocam. Diogo Carvalho, efectivamente é um orgulho para todos nós aveirenses voltarmos a ter um atleta olímpico. Acho que não é preciso estar a dizer mais palavras, estamos todos certamente satisfeitos e esperamos que o Diogo atinja os objectivos a que se propôs quando estiver nos Olímpicos do próximo ano e se possível que tenha mais aveirenses com ele, senão nestes Jogos Olímpicos, nos de 2012.

Quanto à Feira de Março. Agradecer as palavras que foram dirigidas à Feira. Procurámos melhorar. Penso que é consensual que a feira de Março não tem muito mais espaço de evolução, mas dentro daquilo que é a Feira de Março, procuramos a inovação possível e a melhoria possível. E os resultados vão-se traduzindo com a ajuda de São Pedro — desculpe Sr. Jorge Afonso estar aqui a referir outro santo, mas são coisas que acontecem e com a ajuda de São Pedro, nos fins-de-semana conseguimos ultrapassar o número de visitantes que tínhamos o ano passado.

Por falar em Santos, São Valentim. Provavelmente os trotskistas, não celebram este Santo, terão outra forma de celebrar o namoro. Se foi ridículo ou não, as mensagens de parabéns que a Câmara recebeu de todo o país, pela forma como celebrou esta data, que é uma data que tem alguns intuítos comerciais (todos o reconhecemos), mas que hoje em dia já está enraizada nos hábitos. Foi uma celebração que foi combinada entre a Câmara e os agentes hoteleiros e de restauração e de bares do concelho de Aveiro e arranjou-se um programa de animação para esta data. Penso que isto faz parte daquilo que todos nós pretendemos, que foi inclusivamente referido aqui há umas sessões atrás pelo Senhor deputado João Pedroso, relativamente à animação da cidade. É um evento, resultou, mais uma vez o São Pedro colaborou, porque tinha estado uma semana desgraçada de chuva e naquele dia tivemos um dia impecável, deu para andar a passear na Ria etc. Quem não gosta, não vem, ponto final. Ninguém é obrigado a vir celebrar o São Valentim — e custos para a Câmara, zero.

Quanto à pouca divulgação na Agenda Cultural, provavelmente o senhor não terá visitado o site da Câmara onde a Agenda está. E hoje em dia, todos os clubes, as associações culturais, associações recreativas, Juntas de Freguesia e muitos de nós, temos computadores em casa e podemos a qualquer hora do dia consultar a Agenda Cultural, mesmo que não tenhamos o exemplar em papel.

Deputado Pires da Rosa, quanto ao mail e Centro de Congressos. Eu não percebo, quer dizer: se nós fazemos é porque fazemos, se não dizemos é porque não fazemos! Decidam-se. O que é que querem? Eu, o que lhe posso dizer (e não me interrompa, porque eu também não o interrompi e ouça porque também faz bem ouvir) sou que nós a 30 de Abril, em termos de receita do Centro de Congressos, já tínhamos mais do que em 31 de Outubro do ano passado, isto resulta deste trabalho. O trabalho de uma equipa de acções que se vão fazendo. Se os senhores não querem saber o que é que nós fazemos tudo bem, nós deixamos de dizer, quando

fizerem críticas, fazem críticas e não tem resposta, ficam a falar sozinhos. Efectivamente há problemas de velocidade, isto são questões tecnológicas, que têm o seu custo. Têm havido prioridades quanto aos investimentos e esperamos ter possibilidade de ter uma largura de banda maior, para poder dar melhor acesso. Quanto a conteúdos, o site está longe de estar encerrado, vamos melhorando e está a ser melhorado e se forem vindo com alguma regularidade, vão ver que cada vez mais, há conteúdos no site.

Relativamente à intervenção do Manuel Prior, quanto ao PENT, pois efectivamente temos um pente que nem para carecas serve. E se há coisas em que pelo menos no seio da Rota da Luz, estamos todos de acordo, independentemente dos partidos a que pertencemos, é que isto não serve Aveiro. Por outro lado se olharmos para os principais recursos por região e para a Região Centro, tirando Fátima, Serra da Estrela e as Grutas de Mira Daire, todos os outros nós temos aqui em Aveiro ou na região de Aveiro. Temos templos, temos castelos e mosteiros, temos vilas típicas e costeiras, temos praias, temos campos de golfe, temos cidades e aldeias históricas, temos qualidade e diversidade de águas minerais e na Bairrada águas e vinhos. Portanto, temos aqui até algo mais do que os recursos. Temos gastronomia, temos o turismo náutico que alguém se esqueceu que há uma Ria de Aveiro. Efectivamente, fazendo uma pesquisa no ficheiro, referências à palavra Aveiro, zero. Mas o senhor Secretário de Estado, pelos vistos pouco percebe disto. Também foi dito ao Senhor Presidente da Rota da Luz, para lhe sugerir, porque é que ele não fazia uma Região de Turismo nas ilhas atlânticas — ele como é madeirense, como gosta muito de juntar o que não é possível de se juntar, podia juntar a Madeira com os Açores e fazer assim uma caldeirada qualquer; podia dar algum resultado. Penso que isto não nos serve. Mas nós saberemos, e por parte da Câmara temos feito algum trabalho com o intuito de pôr Aveiro no mapa de alguns eventos. A Rota da Luz tem feito o mesmo. Colaboramos quando temos que colaborar, e o objectivo é o mesmo é atrair visitantes para Aveiro, para a cidade de Aveiro, para o Concelho de Aveiro e para a Região de Aveiro. Julgo que isso está a ser feito com a ajuda e com as ideias de todos. E aí também peço a colaboração. Porque muitas vezes há ideias que podem ser transmitidas e depois serão trabalhadas. Estamos a trabalhar, estamos a trabalhar bem com os hotéis. Os hotéis têm-nos apoiado também em eventos que nós queremos realizar. E é com a colaboração de todas as entidades que conseguiremos ultrapassar estas aberrações de “penteados” e outras coisas do género que nos vão aqui surgindo. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS)⁵⁵

Presidente da Mesa⁵⁶

Vogal Raúl Martins (PS)⁵⁷

Presidente da Mesa⁵⁸

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁵⁹

“As minhas observações começam por aquilo que o senhor Eng.º Carlos Santos disse: “cada pessoa tem o seu estilo”. O senhor Eng.º Carlos Santos tem o seu estilo próprio. É o estilo queixinhas, o estilo infeliz. Eu, não é o meu estilo. O senhor tem governado bem a sua vida com esse estilo. Eu tenho governado a minha com o meu estilo, é assim. Governado no sentido de feito a vida. Não, não é governado no sentido de dinheiro, governado, feito a vida.

Mas se aqui há queixinhas, parece que o senhor leva a bandeira amarela e a camisola amarela. Porque quem desta sala já apresentou queixinhas foi o senhor. Foi o senhor e foi sobre coisas da Câmara. Não foi o senhor que apresentou uma queixa à Alta Autoridade da Comunicação Social? Está a dizer que são os outros que apresentam! Está claro que o senhor não disse isso, porque apanhou sopa. Porque nem queixas sabe fazer, ou faz queixas de coisas mal feitas. É isso. Aliás, o processo está on-line, para quem quiser ver na net.

Quanto ao problema do PDA, gostaria de dizer ao Senhor Presidente que ainda ontem tive uma excelente conversa com o Dr. Ulisses Pereira, durante vários dias, aliás, teve uma gentileza comigo que a Câmara não teve. Que foi, antes de começar esta Assembleia, tinha para mim as contas da PDA aqui para eu poder analisar. Foi uma gentileza que a Câmara devia ter, mas que não teve, mas que ele próprio teve a título pessoal. Conversámos, tivemos uma boa conversa e uma das coisas que eu lhe disse foi que o Senhor Presidente não tinha distribuído as contas. Ele achou que, obviamente, foi uma falha, porque devia-o ter feito porque também já as tinha e atribuiu-mas. Quer que lhas mostre? Eu mostro-lhe. É uma gentileza pessoal que eu agradeço. Eu gosto destas pequenas gentilezas. Não gosto das grandes gentilezas. Gosto das pequenas e não custa nada uma coisa deste tipo. Aliás, tivemos uma conversa genericamente sobre o que pode acontecer à PDA — e Senhor Presidente, não é tão líquido quanto o senhor diz essa questão da privatização da PDA.

Veja, pense bem, porque na PDA pode estar, acredite, eu acredito que está se seriamente tratar desse assunto, a possibilidade ou não da inclusão da EMA no PDA.

É um problema crucial para o desenvolvimento futuro de Aveiro. Não só para o desenvolvimento futuro como, também, resolver alguns problemas (que os há) em termos de limitações financeiras e em termos de resolução de um outro problema que está agregado que é o problema da EMA. Que está, obviamente, e que se não for resolvido agora, nunca mais é resolvido e vai criar definitivamente problemas para o município.

A última nota que queria falar era da entidade da Ria. Senhor Presidente, sabe que eu sou português, aveirense, e socialista — por esta ordem. E se calhar eu até desejava que neste contexto legal, não fosse criada a entidade gestora da Ria. Sabe porquê, senhor Presidente? Porque no meu entender e eu penso que tenho algum conhecimento na matéria para poder falar sobre isso: uma entidade da Ria que seja criada na estrita órbita do Ministério do Ambiente é obviamente uma aposta falhada e que nunca poderá dar bons resultados para a Ria.

A entidade, a verdadeira entidade para gerir a Ria, tem de ser uma entidade com autonomia administrativa e financeira supra ministerial e supra interesses municipais; porque se não nunca teremos nada.

Em tempos, já vai há uns anos que escrevi sobre isso, nunca aceitaram isso, mas um dia destes quando quiserem falar seriamente sobre isso não-de ver que a Ria nunca poderá ser gerida, ou melhor, uma gestão da Ria feita por uma delegação do Ministério do Ambiente ou por um outro qualquer Ministério — quando existem cinco ou seis Ministérios, mais não sei quantas mais entidades a mandar na Ria, obviamente que não terá sucesso e será a desgraça final para a Ria de Aveiro.”

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente:[60](#)

“Bom, eu queria só tocar aqui em alguns pontos que eu considero importantes. Lendo os blogues que andam por aí, várias vezes sou acusado de ser queixinhas, não é?

Cada um de nós, uns são boçais outros são queixinhas. Cada um tem o seu estilo, cada um tem a sua maneira de ser. Agora, queixinhas nunca o fui. Realmente nunca o fui. Agora, queria aqui dizer outra coisa em relação à queixa da Alta Autoridade da Comunicação Social, que está on-line: eu convido os senhores a lerem a queixa e sobretudo a forma como a queixa foi feita. Que não foi feita contra o visado, foi feita e tinha claramente um objectivo. Agora eu gostaria de dizer o seguinte: por vezes mais vale ser queixinhas do que arrogante. E a arrogância é uma característica das maiorias absolutas, dos grandes excessos, e das maiorias absolutas. Oxalá as pessoas não tenham que engolir toda esta arrogância que têm permanentemente.

Agora, eu vejo-me ao meu retrato, à minha fotografia, e ao meu espelho, e a minha vida, não tenho rigorosamente nada que eu considere má ou que considero que tenha sido mal sucedido.

Agora, queixa, mais vale ser queixinhas do que ser outras coisas. Sou queixinhas para alguns porque é o único argumento que têm.”

Membros da Assembleia

Vogal Pires da Rosa (PS)⁶¹

Vogal Jorge Afonso (BE)⁶²

Vogal António Regala (PCP)⁶³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁶⁴

“Apenas duas ou três notas finais. Em relação ao Sr. João Barbosa, a expressão não foi “gestão gerida por todos”; não, “foi gestão partilhada”. Há aqui alguma diferença substantiva que é importante salvaguardar.

Em relação às restantes questões. PDA, ficou aqui o compromisso de que o assunto será trazido aqui antes da tomada de decisão final. Portanto, está salvaguardado que oportunamente todos teremos oportunidade de emitir as nossas opiniões nessa área.

Quanto à entidade gestora da Ria. É importante esta reflexão e se calhar podíamos perder mais tempo de volta destes assuntos e não de outros. Se calhar à volta destes era importante reflectir e penso que estamos todos próximos na ideia. Parece-me que este é um processo que terá que ser liderado no âmbito da AMRIA, porque a Ria atravessa onze municípios. Portanto a esse nível, não invalida que localmente, no nosso concelho, possamos também tomar medidas concretas e possamos contribuir naquilo que é o nosso dever para que o processo possa avançar — assim como está é que não pode continuar. Tem que ser feita alguma coisa, assim não.

Por último, só uma nota final. Eu conheço o Eng.º Carlos Santos, conheço o trabalho do Eng.º Carlos Santos há apenas ano e meio, e não é preciso mais do que isso para vos trazer aqui o testemunho de que estamos perante uma pessoa excepcional e um aveirense de eleição.

É uma pessoa dedicada, é uma pessoa leal, é uma pessoa séria, é uma pessoa empenhada, solidária, é uma pessoa amiga, e é uma pessoa disponível.

Quero aqui dizer que admiro o Eng.º Carlos Santos pelo seu passado, pelo seu presente, e vou admirá-lo de certeza pelo seu futuro. E foram aqui produzidas afirmações de carácter pessoal, enfim, fica a pena, que aquilo que deveria ser uma saudável actividade política na qual deveríamos lutar apenas pelo bem de todos, ultrapassa esse valor essencial e vá para questões pessoais. Acho que se calhar temos todos que fazer um esforço por nunca sair do respeito pessoal e institucional que devemos a todos. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Assembleia:⁶⁵

“Eu tenho que dizer depois desta intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que a Mesa ponderou a hipótese de chamar a atenção do senhor deputado Raúl Martins pelo tom ofensivo e pouco adequado que estava a usar. Optou por não o fazer, enfim, por condescender — talvez fosse o cansaço de um dia de trabalho que está a durar até tarde, que tivesse dado menos, enfim, noção da compostura que deve ter. Mas a Mesa gostaria que não mais houvesse epítetos do género, mentiroso, trifulha, queixinhas e coisas do género. Eu estou a referir-me a outros senhores deputados, que fizeram já referência a este tipo de expressões e as invocaram várias vezes.

Por isso, eu peço a todos, por uma questão de respeito, pelo estatuto que cada um de nós aqui tem, e pela confiança que foi depositada pelos aveirenses em cada um de nós para os representar, para honrarmos essa confiança e termos a compostura, a educação, e a dignidade, que esse mandato nos obriga a ter.”

Não se verificando mais intervenções a Presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 07 de Maio (2.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 01:30 horas do dia 04 de Maio de 2007.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)